

Democracia Local: Principais Tendências da Literatura Acadêmica Contemporânea

Marcia Dias*

Introdução

Um exame da literatura recente sobre a temática local nos leva a admitir um grande número de questões a ela pertinentes. São debates que perpassam os campos da economia, sociologia e ciência política, focalizando temas que enfatizam, fundamentalmente, o desenvolvimento econômico local, a valorização de mecanismos de participação política e a própria organização institucional da estrutura política local. Em virtude da amplitude temática que o debate contemporâneo sobre governo local comporta é necessário definir um recorte específico para este trabalho.

A intenção primordial consiste em seguir uma das diretrizes do debate acadêmico contemporâneo que relaciona o papel dos governos locais à questão da democracia, como participação e representação, levando em conta a possibilidade de emergência de uma nova ordem mundial globalizante. Nesse sentido, caberia registrar as principais tendências que têm sido apontadas na literatura acadêmica mais recente, tanto nacional quanto internacional, seguindo a configuração dos cenários que se apresentam em relação à política local. O objetivo básico que norteia este trabalho é uma tentativa de demonstrar a relevância de estudos sistemáticos sobre a estrutura do poder local, com ênfase especial no seu aspecto político-institucional de seu relacionamento com a sociedade civil, traduzido na cooperação entre os setores público e privado.

Democratização Social da Esfera Política Local

As três últimas décadas testemunharam um expressivo crescimento na organização de interesses e na formação de grupos que procuram influir efetivamente na formulação e implementação de políticas públicas capazes de suprir demandas específicas que emergem da sociedade civil. Tal fenômeno pode ser observado amplamente em nações democráticas, onde as liberdades civis e políticas são garantidas constitucionalmente. Em países regidos por regimes ditatoriais, militares ou comunistas, tais movimentos começaram a se organizar de forma tardia, no entanto, demonstram atualmente o mesmo potencial de crescimento de seus precursores. A extensão da atividade essencialmente política a um número cada vez maior de cidadãos, ou seja, o crescimento efetivo da participação política, revela uma significativa

* Doutoranda do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

alteração no relacionamento entre governantes e governados no sentido de um bloqueio ao processo decisório que opera exclusivamente de cima para baixo. Com a alteração dessa relação, abre-se espaço para que o processo decisório incorpore visões que emergem de segmentos da sociedade (Blondel, 1995).

Da importância desse processo, revelado no espaço social da cidade, destaca-se o primeiro ponto focal disseminador das principais tendências do debate acadêmico sobre a questão política local. Este se refere à ligação entre governo local e democracia, no sentido de que a participação política — como um forte componente democrático — recebe maiores incentivos a efetivar-se em âmbito local, onde a intervenção popular produz consequências mais visíveis e imediatas (Teune, 1995). O espaço da cidade é considerado palco privilegiado na articulação e canalização de interesses, como descrito na introdução do *Dossiê Cidades* publicado pela revista *Novos Estudos Cebrap* (julho 1996):

“Os espaços locais, em particular as grandes metrópoles, são também o palco privilegiado da manifestação e articulação das diferenças e conflitos sociais e culturais. As contradições oriundas da heterogeneidade dos universos urbanos demandam novas formas de organização e participação políticas capazes de canalizar os múltiplos interesses de modo a produzir soluções democráticas.”

Os principais vetores de mudança associados ao aprofundamento democrático encontram-se na autonomia política local e no estabelecimento de canais de comunicação que conjuguem representação e participação, reunindo governo e sociedade. Para tanto tem sido adotada, em casos paradigmáticos, uma estratégia de abertura de espaços e mecanismos institucionais que facilitam e estimulam uma participação política coletiva e a organização de grupos sociais, e inauguram novas formas de gestão administrativa a partir da interação de governantes e governados. Segundo Castells e Borja, é fundamental, nesse processo, o papel promotor do governo local:

“Cabe ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de ‘patriotismo cívico’, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental ou simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população [...]. O papel promotor do governo local consiste, em grande medida, em estimular e orientar as energias da população na direção do bem-estar coletivo e da convivência cívica.” (Castells e Borja, 1996)

Insatisfações Geradas no Sistema Representativo

Em paralelo a esse processo, ainda incipiente, que se identifica com um aumento na participação política dos cidadãos, e mesmo de forma complementar a ele, é possível reconhecer uma ambiência de insatisfação genérica em relação ao sistema político representativo. Tal sistema tornou-se objeto de questionamento perante a opinião pública,

tanto no que se refere ao potencial de representatividade das demandas sociais, quanto no que diz respeito à sua eficácia.

Como expressão desse contexto de insatisfação com relação aos canais tradicionais de representação, situa-se o debate acerca do declínio dos partidos políticos nas democracias contemporâneas. De uma maneira geral, os partidos políticos têm sido definidos pela literatura especializada em função de seu relacionamento com a sociedade civil e com o Estado. Clássicos detentores do monopólio da representação política em sistemas democráticos, os partidos, argumenta-se, têm evoluído dinamicamente em seu formato para um afastamento cada vez maior de suas raízes, da representação de interesses oriundos da sociedade civil para uma incorporação à estrutura institucional do Estado (Katz e Mair, 1995). A questão polêmica que daí desponta é se esse fenômeno é sintomático do declínio da instituição partidária ou se caracteriza apenas um processo dinâmico ao qual os partidos têm se adaptado. O que aqui nos interessa, entretanto, é o potencial de representatividade dos partidos em relação às demandas que emergem da sociedade. Quanto a este ponto eles não podem ser caracterizados atualmente como canais organizadores de demandas específicas, previsíveis de acordo com o modelo ideológico seguido por cada um deles. A resposta da sociedade tem se traduzido em um tipo de voto cada vez mais descomprometido de vínculos partidários e mais associado às questões (*issues*) que cada candidato incorpora.

Na verdade, o sistema representativo consagrou-se nas democracias contemporâneas como o único capaz de conduzir a busca pelo bem comum, enfatizada na teoria democrática clássica, visto que a democracia direta há muito se tornou inexecutável. No entanto, esse modelo democrático representativo reduziu cidadãos a meros espectadores de decisões políticas, em que sua colaboração se restringe à escolha eleitoral daqueles que irão tomar as decisões. Como bem avaliou Joseph Schumpeter (1979), a democracia destituiu-se de seu conteúdo ético, enquanto governo do povo, inaugurando uma abordagem estética: a democracia passa a ser concebida como um arranjo institucional caracterizado por uma competição pelos votos do eleitorado que capacitará alguns indivíduos à tomada de decisões políticas. Pode-se perceber no argumento schumpeteriano o estabelecimento de uma analogia entre política e mercado ao caracterizar a democracia como uma representação do mecanismo de mercado: o eleitor corresponderia ao consumidor; o político ao empresário; o partido político à empresa; políticas públicas às mercadorias; e o voto à moeda corrente.

Esse cenário estaria agora em crise devido à falta de credibilidade do eleitor em relação ao representante e seu partido, derivada da insatisfação do primeiro em relação à mercadoria oferecida pelos outros dois. Em outras palavras, tem faltado *accountability* do governo em relação às demandas oriundas da sociedade. Nesse sentido, a retomada de mecanismos de participação que, conjugados ao sistema representativo, introduzam novos atores políticos no processo de formulação e implementação de políticas públicas, tem sido encarada por correntes de pensamento primordialmente à esquerda como um remédio apropriado à

reversão dessa crise que, no limite, pode se revelar como uma virtual crise de legitimidade democrática.

Bálsamo Antigo para Novos Males

Nesse contexto, deve-se levar em conta o problema da construção do espírito público em comunidades habituadas a atribuir a responsabilidade pelo próprio bem-estar a seus governos. E quando se fala em espírito público e descentralização do processo decisório resgata-se o argumento clássico de Alexis de Tocqueville. Segundo ele, o processo de democratização que observava no século XIX possuía como característica intrínseca a probabilidade de resultar na privatização do mundo, onde indivíduos isolados e competitivos refletiriam uma sociedade fragmentária em contraposição à dimensão pública da vida. Ao eleger representantes, os indivíduos estariam se afastando da prática política e tornando-se, conseqüentemente, impotentes quanto à condução política de sua própria vida. O mundo público daí resultante exerceria uma forma de opressão velada sobre a sociedade, impondo um modelo de mediocridade através da “tirania da maioria”.

A solução encontrada por Tocqueville para essa nova forma de despotismo, que acompanharia a modernidade igualitária da democracia, estaria na “nova ciência política” (ver Jasmin, 1988) qualificada por sua capacidade de demonstrar que o auto-interesse somente se realiza na medida em que o indivíduo participa constante e efetivamente da esfera pública, resgatando um modelo de cidadania ativa. Este seria o caminho para imprimir virtude à esfera dos interesses, ou seja, fundamentar sobre o terreno irregular da atomização do individualismo moderno uma estrutura associativa que seja capaz de dar caráter público ao interesse. A descentralização do poder estatal que daí deriva constitui-se, segundo o autor, no meio mais eficiente de salvaguardar a liberdade no mundo da igualdade. Tocqueville considera a combinação entre igualdade e liberdade como estando na origem da formação do espírito público capaz de permitir o “autogoverno” (Dias, 1995).

Reconciliando as Esferas Local e Central

Em sintonia com o corpo teórico tocquevilliano, o argumento fundamental que perpassa a questão democrática local, segundo a literatura aqui analisada, visaria à descentralização dos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas, seguida de uma desconcentração dos recursos fiscais obtidos pelo Estado. No entanto, é importante reiterar, o fortalecimento de instâncias políticas locais e de sua autonomia não corresponde, necessariamente, a uma anulação da atuação da esfera central ou a uma dinâmica de conflito com ela, mas antes a uma estratégia cooperativa de ação entre ambas.

E é nessa aliança que se situa um segundo ponto focal de destaque nas atuais tendências do debate acadêmico sobre governos locais. Este se refere à forma como a autonomia local é encarada em trabalhos recentes. Em substituição a uma visão tradicional que tendia a

ênfatizar o conflito entre as distintas esferas de governo (local-central), os novos estudos optam por uma perspectiva conciliadora, salientando os benefícios da cooperação entre essas esferas. Seguindo um modelo de integração central-local, essa perspectiva ênfatiza que a divisão funcional de tarefas entre essas esferas deve se efetuar de modo flexível e pragmático (Kjellberg, 1995).

A dicotomia centralização *versus* descentralização, na qual se fundou a liberdade das comunidades como o principal elemento ideológico na introdução de autogovernos locais, não é mais capaz de dar conta do papel da esfera local em um cenário de globalização mundial. Em muitos países observa-se, de um lado, uma tendência ao estabelecimento de relações estrangeiras no âmbito local, e, de outro, o fortalecimento de parcerias entre cidades na promoção do desenvolvimento socioeconômico comum.

“Tradicionalmente, as relações exteriores são competência exclusiva do governo nacional. Contudo, as cidades necessitam hoje promover-se internacionalmente, tendendo a integrar-se em sistemas ou eixos transnacionais, fazendo parte de redes e organizações regionais ou mundiais de cidades e autoridades locais, multiplicando suas relações bilaterais e multilaterais.” (Castells e Borja, 1996)

A perspectiva de uma civilização global acrescenta novos elementos ao questionamento acerca das unidades locais, levando à emergência de uma nova concepção de localismo. Enquanto a visão tradicional priorizava uma postura voltada para dentro, minimizando contatos externos e encerrando-se em suas próprias fronteiras, o novo localismo conscientiza-se do resto do mundo e se abre a fecundas interações com ele (Castells e Borja, 1996; Kjellberg, 1995; Mlinar, 1995; Teune, 1995).

Repensando a Democracia na Reunião de Representação e Participação

Complementando a reformulação das relações entre central-local, global-regional, identifica-se na literatura um terceiro pólo dinâmico representado pela participação política dos cidadãos, superando uma terceira dicotomia: Estado-sociedade. É possível considerar o cidadão, enquanto contribuinte, como diretamente interessado tanto nas etapas do processo decisório como na fiscalização da aplicação dos recursos financeiros. A população local corresponderia, portanto, ao terceiro ator na estratégia cooperativa de ação governamental. O espaço da política local é o mais adequado à criação de mecanismos de participação que promovam a interação Estado/sociedade, e ao estímulo desta última em uma intervenção significativa na efetuação das etapas do processo decisório.

“A sound local government system needs to combine good management with democratic accountability. Decentralisation offers an attractive alternative to market models because it has the potential not only to provide responsive, high-quality services, but also a range of possibilities for strengthening citizen involvement in the governing process.” (Burns, Hambleton e Hoggett, 1994)

No entanto, a formação desse terceiro ator político do processo decisório depende de uma série de alterações nas relações entre Estado e sociedade, entre as quais se destaca, fundamentalmente, a democratização da informação. A fim de que se possa esperar um envolvimento efetivo da população no debate das questões da cidade é preciso que haja uma profunda campanha de esclarecimento dos problemas existentes — urgentes ou crônicos, soluções possíveis, recursos disponíveis, divulgação dos limites entre a atuação dos governos local, estadual e central etc. O papel dos meios de comunicação, nesse sentido, é fundamental na viabilização da democratização dessa informação. Quando os canais de comunicação existentes mantêm uma postura oposicionista, de recusa à cooperação na divulgação dos propósitos do governo, a solução é implementar vias alternativas de comunicação que diminuam a distância que separa a sociedade civil do governo local. O que não se pode aceitar é que o despertar de um comportamento coletivo em âmbito local seja uma tarefa que se realize mediante mera convocação popular. É necessário não somente estimular o interesse dos cidadãos pela participação política, mas também capacitá-los a agir politicamente. Enfim, demonstrar que essa participação faz diferença para o processo decisório e que é capaz de se transformar em um meio eficaz na alocação dos recursos públicos.

Não há como negar o papel decisivo do vetor educacional. Quando a estrutura de ensino é precária, são altos os índices de analfabetismo e o acesso às escolas restrito, a proposta de ampliação da participação política agrega ainda mais complexidade à tarefa de tornar os cidadãos ativos. Embora tal participação dependa de um esforço educacional concentrado e seus resultados não sejam imediatos, muitos avanços podem ser obtidos com os meios sociais, políticos, econômicos e institucionais disponíveis. É o que demonstram os estudos de caso, tanto nacionais quanto internacionais, ao revelarem estratégias alternativas de democratização de governos locais (Burns, Hambleton e Hoggett, 1994; Caldeira, 1992; Fisher *et alii*, 1991; Lesbaupin, 1996; Parry, Moysen e Day, 1992; Rodrigues e Afonso, 1994).

Como já foi indicado anteriormente, a esfera política local comporta elementos bastante favoráveis à ampliação da participação política dos cidadãos para além dos ciclos eleitorais. Fundamentalmente, as demandas sociais tendem a ser melhor articuladas no âmbito da cidade devido ao efeito imediato que elas exercem sobre a população. O interesse pela participação pode ser estimulado de forma crescente na medida em que os canais de interação do governo com a sociedade começam a produzir resultados positivos para o bem-estar da população na convivência urbana. Seria o resgate de uma idéia de pertencimento que está na origem do conceito de cidadania (Carvalho, 1995).

Nesse sentido, a tarefa que se impõe, em primeiro lugar, diz respeito a aspectos da descentralização de políticas que interferem diretamente no cotidiano dessa população, transferindo-as do controle central para o local. Tal descentralização não pode vir desacompanhada de uma reformulação fiscal que abasteça os municípios dos recursos

financeiros necessários à condução administrativa dessas políticas. Em segundo lugar, como não poderia deixar de ser, estaria embutido nesse processo a reorganização da própria estrutura administrativa, organizativa e processual da esfera política local. O formato institucional teria de acompanhar o mote da descentralização do processo decisório, conjugando as instituições representativas já existentes com a criação de novas de caráter participativo, de modo que juntas tornassem o sistema político local responsivo às demandas da população.

Amarrando Pontas Soltas

Registrou-se, porém, um problema de insatisfação generalizada com relação ao sistema representativo como um todo e uma solução que se torna exequível apenas no âmbito local. Coloca-se, portanto, uma questão evidente: em que medida a democratização¹ do governo local pode afetar as perspectivas de legitimidade democrática do governo nacional?

Para respondê-la, é necessário ressaltar que a solução proposta pela literatura aqui mencionada começa a ganhar impulso no âmbito local, porém a ele não se restringe. Em primeiro lugar é possível avaliar que o fortalecimento da cidadania, o resgate de uma cultura cívica ou a reintrodução de valores políticos no espaço social contribuem diretamente para o aumento da qualidade democrática do sistema político como um todo. A educação política que daí resulta forma eleitores conscientes, mais atentos ao contexto político nacional e menos suscetíveis a fórmulas de descrédito nas instituições democráticas que levam à apatia política e que, no limite, renegam o próprio ato de votar.

Em segundo lugar, a esfera local pode tornar-se um excelente centro de aprendizado, tanto da descentralização do processo decisório, que em alguma medida pode ser adaptada aos limites do poder central, quanto da formação de líderes que emergem localmente para a política nacional. A prática política pluralista, indispensável à descentralização decisória, é transferida para as esferas estadual e central através da renovação de líderes que se formam nesse novo “caldo político” local.

Por fim, no que se refere especificamente a políticas sociais, acredita-se que a democratização local é capaz de reproduzir seus efeitos nacionalmente. A superação de formas paternalistas ou clientelistas de distribuição dos recursos destinados a projetos sociais e a constituição de programas de formulação e implementação mais eficientes, irão depender de uma aliança equilibrada entre governos local e central e os novos atores políticos que se insurgem na ativação da cidadania. À medida que é demonstrada a eficácia desse novo processo no âmbito local, aumentam as possibilidades de expansão regional e nacional dos ganhos democráticos gerados localmente (Fox, 1994).

¹ Entenda-se aqui democratização como ampliação da participação dos cidadãos na esfera política.

Referências Bibliográficas

- BLONDEL, Jean. (1995), *Comparative Government: An Introduction*. Cambridge, Harvester Wheatsheaf/Prentice Hall.
- BURNS, D., HAMBLETON, R. e HOGGETT, P. (1994), *The Politics of Decentralisation: Revitalising Local Democracy* (Series: Public Policy and Politics). London, Macmillan.
- CALDEIRA, César. (1992), “Entidades Representativas e Poder Local: A Participação Social Institucionalizada”. *Arché*, ano 1, nº 2.
- CARVALHO, José Murilo de. (1995), *Dimensões da Cidadania no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, mimeo.
- CASTELLS, M. e BORJA, J. (1996), “As Cidades como Atores Políticos”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 45.
- DIAS, Marcia R. (1995), *Poder Político Local no Brasil: Um Retrato Histórico na Revisão da Literatura*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- FISHER, T. *et alii*. (1991), *Redes Sociais, Participação do Cidadão e Descentralização Local: Os Casos de Salvador da Bahia e Buenos Aires*. Escola de Administração/UFBA, Salvador.
- FOX, Jonathan. (1994), “Latin America’s Emerging Local Politics”. *Journal of Democracy*, vol. 5, nº 2.
- JASMIN, Marcelo. (1988), *Tocqueville e as Conseqüências Despóticas da Democracia*. Tese de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- KATZ, R. S. e MAIR, P. (1995), “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”. *Party Politics*, vol. 1, nº 1.
- KJELLBERG, Francesco. (1995), “The Changing Values of Local Government”. *The Annals*, vol. 540.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). (1996), *Prefeituras do Povo para o Povo*. São Paulo, Edições Loyola.
- MLINAR, Z. (1995), “Local Responses to Global Change”. *The Annals*, vol. 540.
- PARRY, G., MOYSER, G. e DAY, N. (1992), *Political Participation and Democracy in Britain*. Cambridge, Cambridge University Press.
- RODRIGUES, A. T. e AFONSO, M. R. (1994), *Poder Local, Democratização e Participação Popular: A Experiência de Vitória (1989-1992)*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.
- SCHUMPETER, Joseph. (1979), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- TEUNE, Henry. (1995), “Local Government and Democratic Political Development”. *The Annals*, vol. 540.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a Democracia Brasileira*

Vladimir Lombardo Jorge**

Introdução

Desde a década de 30, os pleitos no Brasil são regulamentados pelo Código Eleitoral, com o intuito de torná-los legítimos e democráticos.¹ Todavia, somente a partir da década de 50 passou-se a regulamentar o uso dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. Tal decisão mostrou-se importante porque, como mostraremos, os meios de comunicação são atores políticos e, como tal, agem com a intenção de influenciar o seu público. Em outras palavras, eles trabalham em prol de seu(s) candidato(s). Assim, a existência do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral é importante porque garante o acesso de todos os candidatos ao rádio e à televisão, minimizando o poder dos grupos que controlam os veículos de comunicação no país.

Este artigo expõe e discute as opiniões dos empresários da área de comunicação e os resultados de pesquisas de opinião pública realizadas no Brasil e na Europa.

Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: Um Direito Polêmico

O acesso gratuito dos partidos políticos aos meios de comunicação eletrônicos tem sido motivo de muita polêmica.² Os proprietários de emissoras de rádio e televisão, frequentemente, manifestam o seu descontentamento com essa obrigatoriedade. Dizem que a cessão do espaço, sobretudo no horário nobre, lhes causa enormes prejuízos financeiros. Embora a legislação autorize as emissoras a abaterem os seus custos e lucros cessantes no Imposto de Renda, os empresários alegam que, mesmo assim, o prejuízo não é recompensado, já que o horário eleitoral espanta os anunciantes. Isto, contudo, não é verdadeiro. As emissoras de televisão e de rádio recebem 100% do preço de tabela, ao passo que os anunciantes privados geralmente são beneficiados com descontos.

* Este artigo é uma versão revista da segunda seção do capítulo 2 da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em 1995 no IUPERJ.

**Doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

¹ O primeiro Código Eleitoral do Brasil data de 24/2/1932, atendendo à exigência da Frente Única gaúcha (Forjaz, 1989, p. 158).

² O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral foi criado através da Lei nº 4.115, de 22/8/1962. Contudo, a propaganda paga nos meios de comunicação eletrônicos continuou a existir até 1974, quando foi sancionada a Lei nº 6.091, de iniciativa do deputado Etelvino Lins (Arena-PE).

Em 1994, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) distribuiu nota às suas associadas — para ser lida antes do início do horário eleitoral —, protestando contra a cessão obrigatória de espaço para a propaganda eleitoral.³ Segundo o presidente da ABERT, Joaquim Mendonça:

“O horário eleitoral gratuito não combina com a democracia. Num regime democrático não se deve impor nada para ninguém. Quem quiser falar, que pague por isso.

Somos contra esse programa gratuito, contra a *Voz do Brasil* e contra tudo que seja obrigatório, e não pago” (*Jornal do Brasil*, 20/8/1994, p. 4).

Embora a crítica dos empresários esteja em sintonia com o regime econômico vigente no país, há, do ponto de vista da democracia, boas razões para se preservar o acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão. Tal direito permite aos partidos que não têm o apoio das grandes emissoras de rádio e televisão se comunicarem com eleitores de diferentes regiões do Brasil. Apesar de a legislação prever que todos os candidatos devem receber igual tratamento (princípio da isonomia), há evidências de que os telejornais e os jornais são parciais.⁴

O diretor de *O Estado de São Paulo*, Júlio César de Mesquita, defendeu explicitamente o apoio do seu jornal ao então candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB): “Temos o direito e o dever de fazer isso [...]. No passado apoiamos Fernando Collor e também apoiamos o *impeachment*” (*Veja*, 27/7/1994, p. 47).

Cesar Guimarães constatou que, em vez de construir a realidade, o *Jornal Nacional* “fez dele [Plano Real] matéria parapublicitária, que [...] favoreceu a candidatura de [Fernando Henrique] Cardoso, cujo horário gratuito nada mais fez do que reforçar as boas emoções vividas na meia hora anterior” (Guimarães, 1995, p. 188).

Por essas razões, Marcus Figueiredo afirma que “o horário político gratuito, obrigatório, [...] deveria começar tão logo os partidos fizessem as suas convenções e apresentassem os seus candidatos”, já que as “redes, quando fazem candidatos, o fazem antes do horário eleitoral” (Figueiredo, 1993, p. 154). Assim, para Figueiredo, “a forma de democratizar esse processo é o acesso mais igual possível para todos os candidatos, num tempo capaz de resistir à propaganda ‘espontânea’ que a mídia faz de alguns candidatos” (*idem*, p. 155).

Além disso, o Horário Eleitoral permite que partidos políticos sem ou com poucos recursos tenham acesso ao rádio e à televisão. Se o Horário não fosse gratuito, os custos de uma campanha seriam ainda mais elevados, permitindo que somente os grandes partidos e os candidatos com recursos aparecessem nos meios de comunicação, diminuindo significativamente a disputa eleitoral.

³ A ABERT é apenas um dos grupos de pressão do empresariado do setor de comunicação. Os outros são a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER).

⁴ Ver pesquisas publicadas na revista *Veja*, de 27/7/1994.

O que pensa o eleitor a respeito do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral?

A Opinião Pública e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

As pesquisas de opinião pública têm revelado que a propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, é fonte importantíssima para que o cidadão defina sua opção por um partido ou candidato. Essas mesmas pesquisas demonstram que o eleitor é favorável à exibição do Horário Eleitoral, independentemente do seu nível de escolaridade. Marcus Figueiredo mostra que, na Grande São Paulo, entre 1986 e 1992, apenas 20% dos telespectadores desligavam seus televisores quando tinha início o Horário Eleitoral. Quanto aos outros 80%, pesquisas sobre audiência de programas políticos nos meios de comunicação mostram, primeiro, que o eleitor não assiste a todos os programas eleitorais, mas somente aos dos candidatos ou partidos políticos que lhes interessam; segundo, que pessoas reunidas diante de um aparelho de TV ou em volta de um rádio conversam sobre o que estão vendo, estabelecendo, naquele momento, o debate (*idem*, pp. 143-5).

Os institutos de pesquisa também verificaram que a audiência é maior no início e no final do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (ver *Folha de S. Paulo*, de 5/8/1994).

A média de audiência do Horário Eleitoral noturno, em 1994, para o primeiro turno caiu 9%, na Grande São Paulo, e 4%, no Grande Rio, em relação ao ano de 1992. Para o segundo turno, em São Paulo, a média de audiência, em 1994, foi praticamente a mesma de 1992; no Grande Rio, contudo, a média caiu 5% em relação a 1992. Atribuímos esta queda às restrições impostas pela Lei nº 8.713, de 30/9/1993, à propaganda eleitoral gratuita.⁵

A literatura tende a ressaltar a importância da televisão para os brasileiros, levando-se em conta, sobretudo, o expressivo número de analfabetos, semi-analfabetos e de pessoas com baixo poder aquisitivo. A televisão, contudo, também é uma fonte de informação importante para os europeus. De acordo com as Tabelas 1 e 2, 53% dos europeus entrevistados responderam que *a televisão é sua fonte de informação para a decisão eleitoral* e 61% disseram que *havião assistido a um programa sobre as eleições na TV* (ver Tabelas 1 e 2).

⁵ Sobre a Lei nº 8.713, ver Jorge (1995, pp. 56-65).

Tabela 1
Fontes de Informação Política
Consideradas para a Decisão Eleitoral
(Entre os Europeus)

Fonte de Informação	%
Televisão	53
Jornais e Revistas	30
Discussões Pessoais	21
Rádio	16
Pesquisas Eleitorais	5
Outras Fontes	4
Nenhuma Delas	21

Fonte: ICPSR/Euro-barômetro 31 A, in *Tendências: Encarte de Dados de Opinião Pública*, ano III, nº 5, agosto 1995, p. 11.

Obs.: A pergunta feita foi: "Qual das seguintes fontes de informação você considera mais útil para a formação de sua decisão nas eleições?" Resposta múltipla ultrapassa 100%.

Tabela 2
Fontes de Informação Política
Consideradas para a Decisão Eleitoral
(Entre os Europeus)

Fonte de Informação	%
Assistiu a um programa sobre as eleições na TV	61
Conversou com amigos, família ou colega de trabalho sobre as eleições	45
Leu uma reportagem em jornais sobre as eleições	31
Leu cartaz sobre eleições	27
Leu material de campanha enviado para sua casa por partido ou candidato	21
Ouviu um programa sobre as eleições no rádio	20
Leu publicidade em revistas ou jornais sobre as eleições	19
Falou com um membro de partido sobre as eleições	7
Tentou convencer alguém a votar num partido ou candidato	7
Foi a um comício ou encontro sobre as eleições	6

Fonte: ICPSR/Euro-barômetro 31 A, in *Tendências: Encarte de Dados de Opinião Pública*, ano III, nº 5, agosto 1995, p. 11.

Obs.: A pergunta feita foi: "Entre as seguintes atividades, quais você fez durante duas ou três semanas antes das eleições europeias?" Resposta múltipla ultrapassa 100%.

Brasileiros e europeus distinguem-se quanto à importância que atribuem à imprensa escrita como fonte para a decisão do voto. A diferença entre um e outro reflete o alto nível de escolaridade da população europeia. Enquanto uma pesquisa do IBOPE revelou que apenas 15% dos eleitores brasileiros utilizam as notícias veiculadas pelos jornais como fonte de decisão para a opção eleitoral (ver Tabela 3), entre os europeus, 30% citaram *jornais e revistas* como sua fonte para a decisão do voto (ver Tabela 1).

Tabela 3
Fontes Escolhidas pelo Eleitor para Decidir o Voto
(Entre os Brasileiros)

Fontes para a Decisão do Voto	%
Conversas com amigos e pessoas da família	42
Propaganda política no rádio e na televisão	35
Debates entre os candidatos na televisão	25
Conversas com colegas no trabalho	24
Notícias sobre o candidato na televisão	23
Ouvir o candidato em comícios	18
Notícias sobre os candidatos nos jornais	15
Ouvir notícias sobre os candidatos no rádio	12
Resultados de prévias eleitorais	7
Informação de associação de moradores sobre os candidatos	5
Informação da igreja sobre os candidatos	5
Comentário de radialistas sobre o candidato	5
Informação de sindicalistas sobre os candidatos	5
Nenhuma dessas opções	10
Não sabe/não opinou	8

Fonte: IBOPE (Carvalho, 1994, p. 29).

Obs.: A pergunta feita foi: "*Dessas fontes de informação que os eleitores podem ou não usar para decidir em quem vão votar para Presidente, quais são, para o(a) Sr(a), as três mais importantes para ajudar a decidir em quem votar para Presidente?*"

Apesar de a literatura afirmar que o emprego dos meios de comunicação eletrônicos nas campanhas eleitorais enfraqueceu a influência dos comícios sobre a decisão do voto — o que é apontado como indício do enfraquecimento dos partidos —, nossa hipótese, com base em pesquisas de opinião pública, é a de que os comícios tendem a ser mais importantes nas cidades do interior do Brasil do que nas grandes cidades. Mas, infelizmente, não dispomos de dados para testar essa suposição.

Conclusão

Vimos que o Brasil optou por democratizar o uso dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais. Isto foi feito, a partir da década de 50, através de um Código Eleitoral e de leis eleitorais especificamente criadas para regular cada pleito.

O ápice desse processo de democratização se deu com a criação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, em 1962, que garante o acesso de todos os candidatos ao rádio e à televisão, minimizando assim o poder dos grupos que controlam esses veículos. Desse modo, qualquer proposta de restabelecer a propaganda eleitoral paga é antidemocrática, uma vez que, na prática, impediria o acesso de todos os partidos aos meios de comunicação, colocando em desvantagem os candidatos que não contassem com o apoio dos mesmos.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Fátima Lampreia. (1994), *O Centro do Labirinto: Um Estudo sobre a Competição Eleitoral na TV*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, Marcus. (1993), “Reforma do Sistema Político: Representação, Partidos e Eleições”, in A. M. Peppe e I. Lesbaupin (orgs.), *Revisão Constitucional e Estado Democrático*. Rio de Janeiro/São Paulo, Centro João XXIII/Edições Loyola.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1989), *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- GUIMARÃES, Cesar. (1995), “Deu no Jornal, É Real”. *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 2.
- JORGE, Vladimir Lombardo. (1995), *A Eleição Presidencial de 1994 e os Meios de Comunicação de Massa. Uma Análise da Propaganda Eleitoral Gratuita de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva na Televisão*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.

A Cobertura de *O Globo* e a Eleição Municipal no Rio de Janeiro em 1992*

Heloisa Dias**

Introdução

Considerando que toda a produção midiática é circunstanciada pelo jogo das forças político-sociais, neste artigo pretendo salientar o papel da mídia impressa no jogo eleitoral. Trata-se de um ator eminentemente discursivo, inserido em um contexto discursivo plural, cujo poder de manipular cenários políticos ou resultados eleitorais está relacionado à lógica do processo político.

A dinâmica decorrente de um contexto de competição democrática propicia a ampliação do espaço de atuação da mídia por tratar-se de um momento em que os demais atores políticos se utilizam de sua capacidade discursiva em função da necessidade de visibilidade imputada pela própria competição. Assim, por tratar-se de fonte legítima de produção de informação e de uma forma eficaz de penetração junto aos diversos públicos, o conteúdo discursivo da mídia é um lugar privilegiado de intermediação da informação e que permite a interpelação dos demais atores, uma vez que os candidatos, assim como os eleitores (por razões próprias a cada um), se alimentam de informações¹ a respeito do evento que está acontecendo.

Por outro lado, à medida que o partido político perde espaço para o candidato enquanto razão fundamental para o voto, aumenta o espaço de atuação das diferentes mídias na intermediação da informação (Wattenberg, 1994). A personalização da disputa não significa a despolitização da competição, mas uma alteração significativa no processo eleitoral. Esta inversão da ordem oferece novos elementos para a construção do discurso midiático, como a inter-relação dos atributos pessoais e políticos, assim como o reenquadramento destes no momento da competição.

Por tudo isso, o momento eleitoral aparece como um evento político profícuo para a análise da posição estratégica ocupada pelas diferentes mídias no processo de produção e veiculação de imagens da política.

* Este artigo é uma versão resumida da Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde pude contar com o auxílio da CAPES através de bolsa de estudo.

** Doutoranda do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

¹ Notícias, novidades, fofocas, boatos etc.

Imagens da Política no Discurso da Mídia Impressa

O objetivo deste artigo é discutir o processo de produção de imagens da política no âmbito da construção discursiva da mídia impressa, que supomos ser o espaço de atuação deste ator na competição eleitoral. A hipótese fundamental é a de que, através da veiculação sistemática de determinados temas (conjugando discursos verbais e não-verbais), a mídia impressa produz imagens significativas para o momento eleitoral, e como essa produção midiática se dá no contexto eleitoral, o comportamento dos principais atores é um elemento capital para a sua produção discursiva.

Durante o período da campanha os candidatos e os partidos políticos usam os mais variados artifícios para se apresentar diante do eleitor. Seu objetivo é o de transformar aquelas propostas exclusivamente administrativas, técnicas, concretas, em propostas de conteúdo o mais abstrato possível, e vice-versa. Não basta relacionar as obras e reformas que se pretende realizar, pois temas como “a esperança do amanhã”, “um novo tempo” e “a vocação generosa da cidade”, por exemplo, devem compor a agenda da campanha. Trata-se de fazer com que o candidato signifique as questões concretas e também as questões abstratas, ou seja, a identificação entre o candidato e o eleitor deve superar a fronteira das questões propositivas e adentrar o universo fechado dos significados simbólicos.

A produção discursiva da mídia utiliza as próprias ambigüidades da relação candidato-eleitor para a construção de imagens da campanha, ou seja, um tipo de imagem que conceituarei como imagem-mensagem e que é um conceito político para falar de competição política. Trata-se de uma construção discursiva referente a atributos com sentido político e recorrentes em determinado espaço e tempo e ainda que possa conter atributos cristalizados (seja uma trajetória pessoal ou uma trajetória político-partidária), as disputas possibilitam a sua reinvenção e reenquadramento nos contextos de eleição.

Em relação às possibilidades de atuação do meio, ou seja, quanto à própria forma discursiva da mídia impressa, o processo de construção da notícia permite a composição da informação a partir de certos fragmentos do fato. Apesar de a informação ter força de realidade (totalidade do acontecido), a possibilidade de abordagem segundo um certo ângulo (fragmentos do real) propicia a diversidade quanto ao reenquadramento dos diversos atributos. Entretanto, ainda que a diversidade aponte para a idéia de que o discurso da mídia não pode determinar a escolha do eleitor, pois existiria uma pluralidade de imagens nas diferentes narrativas, alguns estudos comprovaram que o discurso midiático contribui sobremaneira para a pauta das discussões cotidianas dos indivíduos, o que reforça a hipótese de uma produção de imagens dirigidas a determinados públicos.

Portanto, considerando que a política é um espetáculo carregado de significados simbólicos (Edelmann, 1988), as imagens-mensagens funcionam como um dos elementos da

informação mediatizada que ajudam a desvendar o universo da eleição e, certamente, a criar significado para a disputa política.

Ora, se a política é esse espetáculo que precisa se tornar mais próximo do cotidiano dos eleitores, o espaço da mídia pode ser palco para os candidatos e, nesse caso, também o lugar próprio para a veiculação das imagens-mensagens. Este conceito de imagem-mensagem, portanto, comporta a noção de criação e reconhecimento de sentido através de formas discursivas (Veron, 1980), onde todo sentido atribuído a um conteúdo discursivo depende das contingências de sua produção social, bem como das formas de circulação e consumo por parte dos indivíduos. Por conseguinte, o sentido contextual da imagem-mensagem tem relação plena com o momento específico de sua produção e com as possibilidades de reconhecimento por parte daqueles a quem se destina.

As circunstâncias político-sociais em que as imagens são veiculadas influenciam o próprio sentido e a função da mensagem. Durante uma campanha eleitoral o conteúdo dos discursos produzidos pela mídia tem como destinatário um público que também está contingenciado por um momento específico, ou seja, a audiência das mídias durante qualquer processo eleitoral abrange os eleitores, destinatários propícios ao recebimento de mensagens de conteúdo simbólico-propositivo. Certamente, a competição entre os candidatos deve estimular o eleitor, despertar uma certa vontade de reagir e interferir nas questões políticas. A eleição é um momento (quase raro) de comunicação entre o eleitor e os políticos, mesmo quando o primeiro se mostra avesso ao evento ou ao próprio significado do ato de votar.

Se o ato de comunicar é marcado pelo contexto da mensagem e pelas circunstâncias de sua veiculação (Eco, 1991), a fotografia de um candidato com aparência tensa às vésperas de uma eleição, publicada na primeira página de um jornal de grande circulação, pode significar (revelar) mais do que um texto de página inteira sobre o seu programa de governo. Portanto, ao analisar esse tipo de produção midiática, é preciso considerar as imagens em um contexto, analisar o conteúdo das imagens como um todo e em relação ao momento de sua produção.

Sendo a produção da mídia uma atividade estritamente discursiva, em que a forma e o conteúdo produzem significado, o sentido do conteúdo imagético da narrativa contém o próprio universo simbólico do receptor (eleitor). Por isso, para que as imagens tenham sentido enquanto mensagem, é preciso que forma e conteúdo informem sobre o propósito da eleição, produzindo uma única mensagem-síntese, cujo significado simbólico-propositivo revela o universo do processo eleitoral.

Finalmente, introduzo uma pequena discussão a respeito do processo de formatação e hierarquização da notícia, uma dimensão da relação forma-conteúdo fundamental em se tratando de mídia impressa. O primeiro aspecto a ser considerado é a importância da construção da primeira página. Esta representa um resumo das notícias mais relevantes

(segundo o critério de seleção do jornal) e alcança um grupo significativo de leitores que raramente são lembrados, talvez porque sejam somente consumidores desse “pedaço” da informação, ou seja, não são compradores e não fazem o jornal, enquanto produto, circular. Entretanto, é preciso considerar que esses leitores fazem circular informações fornecidas somente através da primeira página.

O segundo aspecto refere-se à arte da montagem de jornal, ou seja, a formatação (associação de discursos verbais e não-verbais) e a hierarquização da informação. Como parte dessa arte de montagem temos a localização das notícias dentro de cada página (incluindo a primeira) e ao longo dos cadernos; a criação das manchetes e subtítulos; o *lead* (primeiro parágrafo do texto que resume e dá o tom da matéria); as fotos, as charges e as legendas. Cabe lembrar que os meios de comunicação de massa trabalham com a premissa de que a disposição das notícias dentro das páginas deve obedecer ao formato de uma pirâmide invertida, ou seja, para se informar, o leitor não precisa ir muito além das manchetes e fotos principais.

O terceiro e último aspecto vem a ser o universo de audiência do próprio meio, pois a mídia impressa atinge uma parcela da opinião pública muito significativa por conta de sua inserção econômica, política e social, isto é, os grupos que são considerados formadores de opinião. Ainda, a mídia impressa é, potencialmente, um meio determinante da agenda para os outros meios, assim como acontece com o jornal *New York Times*, nos EUA.

Portanto, a construção da imagem-mensagem se dá no âmbito da construção discursiva não somente pela força dos temas em si, mas, principalmente, pela formatação e sistematicidade com que são veiculados. Retomando o núcleo do conceito, diríamos que os fragmentos de realidade que compõem as imagens são atributos que têm relação com questões reveladoras de um determinado contexto político.

Metodologia de Análise

O recorte empírico desta pesquisa é a cobertura dada pelo jornal *O Globo* à eleição municipal no Rio de Janeiro em 1992. A presente análise baseia-se na primeira página e nos cadernos de política e cidade dos exemplares veiculados durante o período de 1º de julho a 15 de novembro.

Foi feita uma análise qualitativa do discurso jornalístico, procurando distinguir os temas sistematicamente veiculados. Dessa forma, utilizando indicações da literatura pertinente,² agrupei inicialmente os atributos políticos em duas dimensões, isto é, dois conjuntos de atributos referentes a ordens de significado diferentes e a especificidades da construção discursiva.

² Para maiores informações, ver Glass (1985); Gomes (1995); Graber (1976); King (1995); Miller e Miller (1976); e Perez (1988).

Em primeiro lugar foi analisado um conjunto de atributos referentes à “imagem pessoal do candidato”, na tentativa de distinguir: a) se a manchete ou o *lead* explicitavam o seu nome, se trazia alguma fotografia ou se havia somente pequenas referências; b) se o sentido do material veiculado, incluindo as charges e fotografias, era positivo ou negativo; c) se trazia a história pessoal e os traços marcantes da sua personalidade.

O segundo conjunto de atributos refere-se ao que chamei de “imagem profissional do candidato quando associada à política”: a) perfil e currículo dos mesmos, suas estratégias de campanha e possibilidades de alianças, assim como a história de seu partido; b) se os seus nomes apareciam vinculados às respectivas propostas partidárias para a resolução de certos problemas, ou se somente apareciam cumprindo uma agenda de campanha.

Contudo, considerando que uma análise de conteúdo dos discursos deve buscar compreender as circunstâncias de produção, veiculação e consumo desses discursos, isto é, verificar possíveis inter-relações das imagens pessoal e política com o contexto eleitoral, introduzi um terceiro conjunto de atributos denominado “imagem da cidade”: uma dimensão sobre os problemas da cidade do Rio de Janeiro e as estratégias dos candidatos para resolvê-los, quer dizer, uma dimensão que recorda as escolhas eleitorais passadas e antecipa cenários futuros tendo em vista o momento político.

No contexto da eleição municipal analisada, este último conjunto de atributos diz respeito aos competidores e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro. Diferentes atributos conformavam, inicialmente, imagens isoladas e, posteriormente, a conjugação de todas as imagens constituía a mensagem-síntese, cujo significado simbólico-propositivo trazia informações acerca do processo eleitoral. Mediante análise dos dados pude constatar que, em relação aos competidores, os atributos com dimensão política informavam sobre as características da pessoa e também do profissional destinado a desempenhar certas tarefas.

Imagens da uma Campanha Eleitoral

A eleição municipal no Rio de Janeiro em 1992 teve como principais candidatos Cesar Maia, Benedita da Silva e Cidinha Campos (na narrativa de *O Globo* e na preferência dos eleitores). Os dois turnos foram analisados separadamente por conta da especificidade do processo eleitoral, e também porque representavam contextos políticos diferentes, ou seja, havia uma diversidade no conteúdo significativo das imagens-mensagens.

Em relação ao primeiro turno, os atributos mais relevantes tinham estreita ligação com a história política do então governador Leonel Brizola. O sentido político de sua imagem remetia à Cidade e à candidata Cidinha Campos, e revelava a obsolescência de um projeto político. O conteúdo significativo dessa imagem mostrava a decadência de Leonel Brizola no cenário político do Rio de Janeiro e apresentava a situação de falência e ingovernabilidade da Cidade, fruto de um projeto político também obsoleto. A postura política de

Brizola diante do processo de *impeachment* foi bastante explorada, seja em manchetes, seja em fotos e charges, denotando uma estreita ligação com Fernando Collor de Mello.

As notícias sobre a Cidade eram compostas, principalmente, por atributos de cunho negativo, dentre os quais podemos destacar, além do declínio econômico, a insegurança e a crise nas políticas públicas de saúde e educação. Enquanto sentido político, esses atributos remetiam ao problema da incompetência administrativa, da corrupção e do descaso da administração do PDT para com as camadas mais pobres da população. A sistemática veiculação desses atributos consolidava a imagem de decadência do político (Leonel Brizola) e também de falência de uma forma de governo. O conteúdo dessas imagens informava sobre o momento político e sobre as conseqüências das escolhas eleitorais passadas.

Um outro ponto importante para a análise das notícias no primeiro turno diz respeito a uma possível eleição de Cidinha Campos: sua imagem tinha elementos de continuidade das idéias políticas de Leonel Brizola; assim sendo sua derrota tinha como significado a derrota do projeto político que representava. Ademais, a própria veiculação de atributos que informavam sobre traços negativos da personalidade da candidata também confirmava a decadência de Leonel Brizola enquanto liderança política. Cidinha Campos aparecia nas fotografias sempre com um aspecto tenso, seus cabelos estavam permanentemente desalinhados e sua postura denotava uma pessoa abatida.

Outrossim, é preciso destacar o formato das notícias sobre os índices de pesquisa de intenção de voto (ver Tabela 1) pois, sistematicamente, as manchetes veiculadas não explicitavam os índices da candidata Cidinha Campos, ao passo que, por exemplo, enfatizavam a preponderância dos votos nulos e brancos. Isto, de certa forma, ocultava a preferência do eleitorado em relação à candidata melhor colocada.

Tabela 1
Relação entre as Manchetes e os Índices de Intenção de Voto

	24 de julho	14 de agosto	21 de agosto	9 de setembro	12 de setembro	16 de setembro	19 de setembro	24 de setembro	29 de setembro
Manchete de capa						IBOPE: Cesar Maia cresce e empata nas pesquisas	Vox Populi aponta queda de 12 pontos de Cidinha	IBOPE: Benedita empata com Cidinha	
Manchete Interna	IBOPE: Cidinha e Albano na frente	IBOPE: cresce a ameaça do voto nulo no Rio	IBOPE: nulos e brancos vencem disparados a eleição no Rio	Pesquisa aponta ascensão de Benedita	Benedita salta de quarto para segundo lugar	Embolou o segundo	Cidinha cai 12 pontos na pesquisa Vox Populi	IBOPE mostra Cidinha em queda livre	Virada de Benedita anima militância do PT
Instituto de Pesquisa	IBOPE	IBOPE	IBOPE	Datafolha	IBOPE	IBOPE	Vox Populi	IBOPE	Datafolha
Albano Reis	15%	12%	9%	7%	9%	7%	6%	8%	
Amaral Neto	11%	9%	7%	7%	5%	6%	6%	6%	
Benedita da Silva	8%	7%	6%	17%	10%	12%	14%; 16%	6%; 10%; 12%; 17%	22%
Cesar Maia	5%	5%	5%	7%	7%	12%	7%; 10%	5%; 7%; 12%; 9%	13%
Cidinha Campos	25%	24%	24%	22%	27%	27%	35%; 23%	24%; 27%; 27%; 18%	18%
B/N/I	28%	35%	41%	31%	35%	30%	27%; 24%	37%	

Obs.: Pesquisas divulgadas durante o primeiro turno.

Não estão relacionados os candidatos com menos de 3%.

B = brancos; N = nulos; I = indecisos

Mais de um percentual na mesma célula mostra a evolução do candidato segundo o Instituto de Pesquisa.

Ainda como exemplo do processo de formatação das notícias, podemos citar a primeira chamada, na primeira página, para as pesquisas. A manchete informava sobre um crescimento das intenções de voto para o candidato Cesar Maia, não obstante esta cifra ser pouco significativa dentro do quadro eleitoral, se comparada aos índices dos demais candidatos. E assim, sucessivamente, sempre que os índices das pesquisas compunham a primeira página, as manchetes veiculadas eram pouco condizentes com a vantagem de Cidinha Campos.

O importante a ser ressaltado não é, exatamente, a veiculação de informações incorretas, mas a formatação da notícia de modo a ressaltar o lado mais negativo da candidata do PDT, além de dificultar a visibilidade de seus índices de preferência junto ao eleitorado. O

processo de produção da notícia permite aos meios de comunicação transformar um fragmento de acontecimento em uma totalidade, ou seja, o real acontecido é aquele que o discurso revela.

Quanto ao segundo turno, destacamos a imagem da candidata Benedita da Silva e sua associação com um cenário marcado por forte polarização social e racial, característico de uma situação de convulsão social. A imagem de Benedita da Silva tinha como atributos fundamentais o despreparo político, a corrupção e a utilização da miséria e de um discurso político radical como meio de ganhar votos. Tais atributos começariam a ser veiculados já no final do primeiro turno, quando as pesquisas de opinião começaram a indicar um certo crescimento de sua candidatura.

Todavia, o traço marcante da imagem-mensagem fundamental para o segundo turno estaria na imagem da cidade do Rio de Janeiro. Além das referências do primeiro turno, outros atributos marcariam o conteúdo informativo veiculado por *O Globo*, favorecendo a consolidação do sentido de decadência e ingovernabilidade na imagem da Cidade. Um “arras-tão” promovido por jovens pobres, moradores da periferia (favelas) e em sua maioria pretos, transformou o segundo turno em uma disputa pela afirmação da ordem e, conseqüentemente, pela repulsa a tudo que pudesse significar desordem.

O conteúdo significativo dessa imagem informava sobre uma situação de caos, mostrando uma Cidade sitiada pelo medo e polarizada entre brancos e pretos, ricos e pobres, moradores da zona sul e moradores da zona norte. Esse cenário social informava, também, sobre as conseqüências das escolhas eleitorais passadas: a decadência e a desordem que a Cidade estava vivendo eram fruto de um projeto político derrotado. Mais uma vez a imagem da Cidade podia antecipar as conseqüências de uma nova escolha errada; isto é, a vitória de uma candidata preta, pobre e favelada não mudaria aquela realidade socioeconômica e política. Posto que era comprometida com um discurso político radical, um possível governo seu aumentaria a situação de polarização. A desordem reinaria absoluta.

Enquanto a imagem de Benedita da Silva tinha esse sentido negativo em relação à Cidade, sendo associada a um cenário de medo e decadência, a imagem do candidato Cesar Maia informava sobre competência, ordem e retomada da vocação cultural do Rio de Janeiro.

A análise da imagem da cidade do Rio de Janeiro, portanto, mostrou-se imperativa para a compreensão das circunstâncias do momento político, porquanto encerrava todos os atributos necessários à comprovação de uma situação de decadência e desordem. Além disso, trazia aqueles atributos que indicavam a possibilidade de rompimento com um modelo político arcaico e a conseqüente implementação da ordem necessária à retomada da verdadeira vocação da *Cidade*: generosa para com os seus cidadãos e *Maravilhosa* para com os visitantes.

Conclusão

Acredito que o resultado desta pesquisa reforça a hipótese da imagem enquanto uma dimensão informativa do discurso, que revela um determinado momento da competição eleitoral e produz sentido político. Sendo assim, quando dizemos que a relevância das imagens está na dimensão política de seu conteúdo informativo, referimo-nos ao contexto e às contingências de produção, circulação e consumo dessas imagens.

Portanto, gostaria de reconsiderar algumas questões sobre a posição discursiva estratégica da mídia. Em primeiro lugar, considerando que as eleições constituem um momento propício à intervenção dos indivíduos no processo político, ou seja, um momento de exposição da política e do político, parece muito fértil abordar a posição da mídia do ponto de vista de sua inserção na dinâmica política. De fato, dentro do jogo eleitoral a mídia vem assumindo um papel de auxiliar na comunicação necessária à aproximação entre políticos e eleitores, resultado de uma dinâmica sociopolítica que contribuiu para que se tornasse ainda mais legítimo o seu *status* de fonte de informação quanto ao cotidiano da política.

A segunda questão é a própria posição da audiência, dado que não é constituída por indivíduos passivos ante os meios de comunicação. São indivíduos que estão inseridos em uma teia de relações sociais, o que os ajuda a reelaborar as informações recebidas. Alguns estudos sobre o impacto da informação (processo de formação da opinião) têm demonstrado que os receptores muitas vezes atribuem significados absolutamente diferenciados para as mesmas mensagens, ou seja, as interpretações podem mudar em função do pertencimento social do indivíduo. Ressaltamos, ainda, a questão da gramática própria de cada veículo de informação, pois no mundo das construções midiáticas a lógica do contrato discursivo incide sobre a construção dos acontecimentos e, portanto, sobre o sentido das imagens produzidas.

A terceira e última questão a ser considerada é a da interação que existe dos meios de comunicação com o seu público. Esta necessidade de interação do emissor com o receptor, isto é, a busca de satisfação de certas preferências do público, pode se reverter em alterações no próprio conteúdo e formato das informações, pois não podemos esquecer que estamos tratando de empresas interessadas em vender os seus produtos, seja informação, seja entretenimento.

Concluindo, apesar de ser fato que o conteúdo discursivo dos meios de comunicação não é a única fonte de informação relevante para o processo de tomada de decisão dos indivíduos, pois é extremamente relevante a conversa com familiares, amigos e colegas de trabalho, ou seja, a chamada rede de comunicação horizontal, também é fato que esses meios interferem substancialmente nas preferências dos indivíduos. Portanto, é preciso buscar compreender melhor as possíveis inter-relações da política com os meios de comunicação, abandonando um certo olhar determinista e recolocando esse ator na dinâmica político-social.

Referências Bibliográficas

- ECO, Umberto. (1991), *A Estrutura Ausente*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- EDELMAN, Murray. (1988), *Constructing the Political Spectacle*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GLASS, Doris P. (1985), “Evaluating Presidential Candidates: Who Focuses on their Personal Attributes?”. *Public Opinion Quarterly*, vol. 49, nº 4.
- GOMES, Wilson. (1995), “*Theatrum Politicum: A Encenação Política na Sociedade dos Mass Midia*”, in F. Neto (org.), *A Encenação dos Sentidos: Mídia, Cultura e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Diadorim.
- GRABER, Doris A. (1976), “Press and TV Opinion Resources in Presidential Campaigns”. *Public Opinion Quarterly*, vol. 40, nº 3.
- KING, Erika G. (1995), “The Flawed Characters in the Campaign: Prestige Newspaper Assessments of the 1992 Presidential Candidates: Integrity and Competence”. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, vol. 74, nº 1.
- MILLER, Arthur H. e MILLER, Warren E. (1976), “Ideology in the 1972 Election: Mith or Reality. A Rejoinder”. *American Political Science Review*, vol. LXX, nº 3.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. (1988), *Veja: Um Veículo da Transição. Análise da Construção de um Projeto Político (1984-1985)*. Tese de Mestrado, UFRGS.
- VERON, Eliseo. (1980), *A Produção de Sentido*. São Paulo, Ed. Cultrix/EDUSP.
- WATTENBERG, Martim P. (1994), *The Decline of American Political Parties 1952-1992*. Harvard University Press.

A Redefinição do Discurso Regionalista Nordestino

Ricardo Ismael*

Introdução

O presente artigo pretende destacar a redefinição do discurso regionalista nordestino. Nesse sentido, apresenta, inicialmente, as principais idéias contidas no manifesto elaborado por Gilberto Freyre, por ocasião do 1º Congresso Brasileiro de Regionalismo, as quais, em síntese, ignoram as divergências políticas intra-regionais, concedem ao regionalismo um papel decisivo na preservação da unidade nacional e na compreensão da sociedade brasileira e defendem as tradições culturais regionais em face das influências externas. Em seguida, faz referência a um segundo marco importante na trajetória do discurso regionalista: o advento das instituições regionais no Nordeste, sobretudo a partir da década de 50, traz novos ventos para a exposição nordestina. Naquele momento, o Nordeste é descrito como uma região economicamente viável, cuja especificidade exige uma política particular do governo federal, de modo a garantir os recursos para o desenvolvimento econômico a partir das regiões mais desenvolvidas do país. Finalmente, o artigo ressalta que os anos 90 apontam para a manutenção do processo de redefinição do discurso regionalista nordestino, muito embora permaneçam antigas características. Nesse sentido, existem indicações da permanência da tese do tratamento diferenciado, articulada no plano nacional junto com as regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, a revalorização da dimensão intra-regional, a necessidade de isolar os grupos econômicos regionais predatórios, o desafio de combinar crescimento econômico e desenvolvimento social e o resgate da perspectiva culturalista em novas bases, apontam para mudanças na retórica regional.

O Manifesto Regionalista

Em fevereiro de 1926 ocorreu na cidade do Recife o 1º Congresso Brasileiro de Regionalismo. A oportunidade serviu para que Gilberto Freyre, principal animador do evento, anunciasse através de um manifesto as idéias do que ele mesmo denominaria de Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife (Freyre, 1976).

É importante lembrar algumas passagens do documento, de modo a explicitar as características do discurso apresentado. O manifesto declara, desde o início, que o

* Professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

Movimento Regionalista é formado por “um grupo apolítico”, já que é “[...] animado por homens politicamente de ‘esquerda’ como Alfredo Moraes Coutinho e da extrema ‘direita’ como Carlos Lyra Filho” (*idem*, p. 54). O enfoque regionalista, portanto, parece não querer estimular divergências políticas na dimensão intra-regional. Por outro lado, o regionalismo mostra-se distante do separatismo. É destacado que a articulação inter-regional, ao contrário das ações que valorizam a relação União e estados da Federação, assegura a unidade nacional. Ou seja, o Movimento Regionalista é

“[...] tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República — esta sim, separatista — para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. [...] o que se impõe aos estadistas e legisladores nacionais é pensarem e agirem inter-regionalmente. É lembrarem-se sempre que governam regiões interdependentes, cuja realidade não deve ser nunca esquecida pelas ficções necessárias, dentro de seus limites, de ‘União’ e ‘Estado’. O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’, uns grandes, outros pequenos, a se guerream economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros e a fazerem às vezes de partidos políticos — São Paulo contra Minas, Minas contra Rio Grande do Sul — num jogo perigosíssimo para a unidade nacional” (*idem*, p. 56).

O manifesto destaca, também, que o regionalismo é um movimento de defesa das expressões culturais locais, das tradições populares e aristocráticas regionais, e de resistência contra as influências externas ao Nordeste.

“[...] procuramos defender valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem abandonadas, tal o furor neófilo de dirigentes que passam por adiantados e ‘progressistas’ pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como ‘elegante’ e como ‘moderno’. [...]. Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. [...]. Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?” (*idem*, p. 56).

O texto em questão traz ainda uma curiosa distinção. O estado da Bahia aparece com uma identidade própria, diferente da nordestina, quando é discutida a culinária brasileira. O manifesto chama a atenção que “[...] três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a Baiana, a Nordestina e a Mineira. A Baiana é decerto a mais poderosamente imperial das três. Mas talvez não seja a mais importante do ponto de vista sociologicamente brasileiro” (*idem*, p. 65). É importante dizer ainda que os diversos regionalismos brasileiros

“[...] pedem estudos ou indagações dentro de um critério de inter-relação que, ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano” (*idem*, p. 55).

Nesse sentido, o documento aponta para a perspectiva inter-regional como um recurso metodológico fundamental para a compreensão da sociedade brasileira.

Enfim, talvez seja possível dizer que o discurso regionalista, marcado pela manifestação de Gilberto Freyre no encontro de Recife, passa à margem das divergências políticas na dimensão intra-regional, concede ao regionalismo um papel decisivo na preservação da unidade nacional e na compreensão da sociedade brasileira e defende as tradições culturais regionais em face das influências externas.

As Instituições Regionais no Nordeste

O surgimento de instituições regionais de grande porte no Nordeste vai dar impulso ao discurso regionalista. Ou seja, a criação da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) em 1945, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1954 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959 fortalecem as ações de caráter regional. O relatório de atividades do Banco do Nordeste do Brasil, referente ao exercício de 1955, destaca, inicialmente, que “[...] as atividades do Banco em 1955, não obstante todos os percalços das fases de estruturação, já entremostam as características de um verdadeiro órgão de desenvolvimento econômico da região, que esse deve ser o seu papel principal, antes de qualquer outro” (BNB, 1956, p. 2). Ou seja, a tarefa de promover o progresso econômico no Nordeste fica associada à intervenção da instituição regional criada. No entanto, não se pode dispensar a articulação entre a União e as Grandes Regiões, pois

“[...] a programação do desenvolvimento regional deve situar-se dentro do esquema das metas de desenvolvimento nacional. Em países da magnitude geográfica do Brasil, os programas regionais assumem importância relevante. Os efeitos da política econômica nacional podem ser desastrosos no âmbito regional por ser raramente formulada com o conhecimento das diferenças entre as diversas áreas que compõem o país” (*idem*, p. 6).

É importante lembrar que o Nordeste é considerado uma região subdesenvolvida. Nesse sentido, possui características específicas que ampliam o desafio econômico. A aceleração do desenvolvimento da economia nordestina passa, sobretudo, pelas transferências inter-regionais, pois

“[...] com uma renda média bastante inferior à do país, o Nordeste, à primeira vista, não parece oferecer possibilidades de um substancial incremento das receitas públicas, pelo menos no curto prazo. Um outro caminho seria a drenagem de recursos de outras regiões para o Nordeste, o que caberia ao governo federal decidir” (*idem*, p. 36).

O relatório em tela parece defender o critério populacional, favorável à região nordestina, quando da aplicação dos recursos públicos da União, ao invés do critério de vincular as inversões do governo federal à arrecadação regional. Nesse sentido, “[...] apesar de o governo federal ter despendido, em termos absolutos, mais do que arrecadou na área nordestina (o governo federal aplicou Cr\$ 1.630 milhões além do que arrecadou na região), em bases *per capita*, a despesa foi de, somente, 32% da média para o Brasil (Nordeste — 233 e Brasil — 718 cruzeiros *per capita*)” (*ibidem*). Finalmente, o documento segue, quase sempre, a perspectiva metodológica proposta no manifesto regionalista. Ou seja, descreve mais o Nordeste e muito pouco os estados nordestinos. Procura dar transparência aos problemas regionais a partir de análises comparativas entre o Nordeste e outras realidades brasileiras, ou em relação a outros países subdesenvolvidos. No entanto, é possível apontar uma tensão entre o relatório e o discurso regionalista anunciado por Freyre. O texto do BNB ressalta que “[...] uma das barreiras mais difíceis em áreas subdesenvolvidas, qual seja a de os novos projetos de desenvolvimento econômico defrontarem-se com grande massa de idéias preestabelecidas, em geral não científicas, quanto à identificação dos problemas existentes e quanto às soluções necessárias [...]” (*idem*, p. 6). Nesse sentido, as tradições regionais, defendidas no manifesto, podem ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico nordestino.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado no governo Kubitschek, produziu um relatório final, sob o título “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, no qual chama a atenção para um Plano de Ação composto de quatro diretrizes básicas:

“a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deve ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida” (GTDN, 1967).

O trabalho do GTDN, coordenado pelo economista Celso Furtado, segue o relatório do BNB, revelando o estágio, à época, do desenvolvimento econômico do Nordeste e as tendências predominantes. No entanto, o documento inscreve-se numa ação regionalista maior, articulada a nível nacional a partir do governo Kubitschek, denominada de “Operação Nordeste” (Furtado, 1959, p. 14). Nesse sentido, o Plano de Ação proposto tem como objetivo principal reduzir as disparidades regionais, do ponto de vista econômico, entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Desta forma, a unidade nacional deve ser fortalecida através do aperfeiçoamento da ordem econômica vigente na região nordestina, via intervenção do governo federal. Finalmente, o texto do GTDN estimula uma coorde-

nação dos diversos organismos regionais da União, praticamente propondo a criação da Sudene, pois destaca que

“[...] para levar adiante essa política (de desenvolvimento econômico para o Nordeste), sem interferir no cumprimento de outras tarefas que cabem ao Governo Federal, na região, sugere-se a constituição das equipes de especialistas nos itens anteriores e integrados no Grupo do Nordeste, dentro de uma estrita unidade de objeto. Essas equipes deverão constituir-se de elementos dos distintos órgãos governamentais. [...]. O Grupo do Nordeste, a quem caberá a supervisão de todos os trabalhos e o controle de execução do plano, deverá ter sua sede permanente em capital nordestina, de preferência em Recife” (*idem*, p. 91).

Enfim, o documento do GTDN procura mostrar que é tecnicamente viável a implantação no Nordeste de um processo de desenvolvimento social e econômico auto-sustentado, que permita a superação das disparidades entre aquela região e o Centro-Sul do país. No entanto, é necessário que este objetivo seja incorporado ao projeto de construção do país, de modo que o governo federal coordene as decisões econômicas na direção pretendida. Nesse sentido, a Sudene pode ser vista como resultado da combinação de uma proposta tecnicamente bem elaborada, de uma competente ação regionalista junto ao governo federal e aos formadores de opinião no Rio de Janeiro, capital da República, e de uma conjuntura política favorável.

É possível perceber, portanto, que o advento das instituições regionais, sobretudo a partir da criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1954, traz novos ventos para o discurso regionalista. O relatório do BNB e o texto do GTDN dão conteúdo à retórica regional do tratamento diferenciado, na medida em que os diagnósticos realizados e as ações propostas são fundamentados tecnicamente. Ou seja, descrevem o Nordeste como uma região economicamente viável, cuja especificidade exige uma política particular do governo federal, de modo a garantir os recursos para o desenvolvimento econômico a partir das regiões mais desenvolvidas. No entanto, tornam o discurso regionalista fortemente economicista, afastando-se da perspectiva culturalista presente no manifesto de 1926, e praticamente ignoram as desigualdades entre os estados nordestinos quando privilegiam os desequilíbrios inter-regionais no país.

Os Rumos do Discurso Regionalista

Foram muitos os acontecimentos que marcaram a política brasileira a partir da década de 60. O discurso regionalista no Nordeste percorreu o período atento às transformações em curso, mas sem perder o vigor. Os anos 90 apontam para um processo de redefinição do mesmo, muito embora permaneçam antigas características. É importante, neste momento em que concluímos, destacarmos alguns dos aspectos envolvidos na referida dinâmica.

Em primeiro lugar é preciso notar que o discurso regionalista, particularmente aquele associado ao Nordeste, encontra-se revalorizado no atual contexto histórico, pois

“[...] mesmo admitindo uma inequívoca tendência observada [após a segunda metade dos anos 70] para as regiões menos desenvolvidas crescerem em ritmo mais acelerado do que as regiões mais desenvolvidas [Sul, Sudeste], existem alguns elementos de prognose que projetam as possibilidades de um processo de reconcentração espacial do desenvolvimento brasileiro quando nossa economia vivenciar um novo ciclo de expansão após conquistar sua estabilidade. Entre estes elementos, destacam-se a fragilidade fiscal e financeira da União e de suas empresas para conduzir programas de investimentos compensatórios entre regiões do país; um fator de inércia de interesses econômicos em torno da imobilização do capital fixo nas áreas mais desenvolvidas; vantagens locacionais dos centros urbanos situados dentro do campo de aglomerativo da grande região industrial brasileira, particularmente para atividades intensivas de ciência e tecnologia, etc” (Haddad, 1994a).

Ou seja, as transformações na ordem econômica capitalista, nos planos nacional e internacional, apontam para um aumento dos desequilíbrios inter-regionais no país, na medida em que as regiões menos desenvolvidas possuem maiores dificuldades de adaptação aos novos paradigmas econômicos. Nesse sentido, ganha força a tese antiga de que o Nordeste deve receber, por parte da União, um tratamento distinto daquele dispensado às regiões Sul e Sudeste. O senador Beni Veras, do Ceará, por exemplo, destaca

“[...] que o governo do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso trate de maneira diferente essas realidades desiguais. Que dê consequência prática à constatação feita pelo professor Edmar Bacha. Vou chamar de *Brasil um* as regiões Sul e Sudeste. Elas não precisam de uma forte intervenção governamental. Nesta parte do país, o mercado já é capaz de alocar livremente os recursos necessários para os investimentos produtivos. O *Brasil um* se voltará cada vez mais para o mercado internacional e, especialmente, para os países do Mercosul. E tenderá a tirar o maior benefício dessa integração. Mas o *Brasil dois* — formado pelas regiões Norte, Nordeste e parte da região Centro-Oeste — precisa da presença cada vez mais forte do Estado em sua economia. É necessário que o governo federal faça, nessa parte do país, os mesmos investimentos maciços que realizou no Sul e Sudeste, durante a década de 50, e que estes multipliquem as oportunidades para os capitais privados, nacionais e estrangeiros” (Veras, 1994).

É importante observar que o discurso do político cearense procura arregimentar aliados junto às regiões Norte e Centro-Oeste. Uma estratégia, ao que tudo indica, diferente da implementada na década de 60, quando o Nordeste não buscou uma aliança com a região Centro-Oeste. Além disso, ainda está longe de indicar os novos contornos da intervenção do governo federal no Nordeste, particularmente no que diz respeito ao papel das principais instituições regionais. Ou seja, ainda amadurece, na região, o novo modelo institucional do setor elétrico no Nordeste, a delimitação das atribuições do BNB e da Sudene e os limites da competição entre os estados nordestinos.

Por outro lado, é falso pensar que as ações políticas, de caráter regionalista, inibiram os antagonismos entre os estados nordestinos. É possível observar, por exemplo, o predomínio do enfoque estadual nos discursos dos deputados nordestinos no Congresso Nacional, no período de 1946 a 1954. Mais ainda, nos momentos de maior evidência da retórica

regionalista, por exemplo no período que antecede à criação da Sudene, os discursos de abrangência estadual representam 35% do total, contra 42,5% daqueles de caráter regional (Castro, 1989). Mais ainda, a dimensão intra-regional também apresenta desigualdades econômicas e sociais. Um exemplo é o recente processo de desconcentração econômica inter-regional ocorrido no país a partir da segunda metade da década de 70, quando os estados nordestinos responderam de forma diferenciada, ou seja, a

“[...] transferência de atividades produtivas e recursos significativos em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste [...] [não gerou] um impacto homogêneo multiplicador da renda com melhorias das condições de vida nessas regiões, o que significa dizer que esses deslocamentos aumentaram, muitas vezes, a heterogeneidade dentro das próprias regiões [...]” (Lourenço, 1995, p. 35).

Ainda é importante lembrar que a descentralização promovida pela Constituição de 1988, no sentido de maior autonomia financeira para os estados e municípios da Federação, revitaliza a esfera intra-regional. Ou seja, cresceu de importância o desenvolvimento endógeno, no qual a dinâmica da economia é fortemente influenciada pelas ações econômicas dentro da própria região (Haddad, 1994b). Portanto, o discurso regionalista nordestino não pode ignorar a dinâmica intra-regional. O desafio, ao que tudo indica, é encontrar um modelo de desenvolvimento que preserve as ações regionalistas, particularmente as instituições regionais de fomento, de pesquisa científica e de infraestrutura, sem inibir a vitalidade e criatividade da dimensão intra-regional.

O discurso regionalista nordestino também terá que responder às freqüentes, e muitas vezes verdadeiras, acusações de ter beneficiado, sobretudo, elites políticas regionais. Muitas vezes,

“[...] tratar o Nordeste como questão configura uma prática que garante: a opacidade dos conflitos sociais internos, a perspectiva que os problemas regionais são vividos igualmente por todos os seus segmentos sociais, que a elite é tão vítima das circunstâncias quanto a massa e, em consequência, não possui meios adequados para desencadear quaisquer ações capazes de solucioná-las. Estas situações desfavoráveis conduzem, necessariamente, a uma única solução, ou seja, aos recursos: que devem ser disponíveis e sem grandes compromissos com as regras de mercado. O que significa créditos especiais, facilidades fiscais, investimentos federais e políticas de preços mínimos diferenciados” (Castro, 1989, p. 207).

Nesse sentido, a efetividade do discurso regionalista depende cada vez mais da repercussão do mesmo junto à mídia e formadores de opinião, da capacidade de isolar os grupos econômicos regionais predatórios e da formulação de um modelo de desenvolvimento regional que possibilite resultados concretos na área social.

A retórica nordestina precisa renovar a perspectiva culturalista presente desde o *Manifesto Regionalista* de 1926. Não se trata de desvalorizar as expressões culturais do Nordeste. No entanto, é necessário denunciar e combater os vícios culturais. Não se pode estimular as relações sociais hierarquizadas, o clientelismo, o personalismo, a ausência de associati-

vismo e cooperativismo e a participação política limitada. É preciso reconhecer que o desenvolvimento social e econômico do Nordeste sofre quando as ações e os valores locais não estimulam cooperação, solidariedade, parceria, tolerância e participação da sociedade nos assuntos públicos (Ismael, 1995).

Enfim, nos anos 90 o discurso regionalista nordestino apresenta a permanência da tese do tratamento diferenciado, articulada no plano nacional com as regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, a revalorização da dimensão intra-regional, a necessidade de isolar os grupos econômicos regionais predatórios, o desafio de combinar crescimento econômico e desenvolvimento social e o resgate da perspectiva culturalista em novas bases, apontam para mudanças na retórica regional.

Referências Bibliográficas

BNB. (1956), Relatório do Exercício de 1955. Fortaleza, BNB.

CASTRO, Iná Elias de. (1989), O Mito da Necessidade — Discurso e Prática do Regionalismo Nordeste. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

FREYRE, Gilberto. (1976), *Manifesto Regionalista* (6ª ed.). Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

FURTADO, Celso. (1959), *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB.

GTDN. (1967), *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (2ª ed.). Recife, Sudene.

HADDAD, Paulo. (1994a), “Desigualdades Fortalecem Regionalismos”. *Folha de S. Paulo*, 25 de setembro.

_____. (1994b), “Desenvolvimento Endógeno”. *Jornal do Brasil*, 4 de novembro.

ISMAEL, Ricardo. (1995), A Cultura Política e o Desenvolvimento Econômico nas Terras da Megença. Rio de Janeiro, mimeo.

LOURENÇO, Marta Skinner. (1995), “Um Roteiro para a Ingovernabilidade”. *Monitor Público*, ano 2, nº 4, Rio de Janeiro.

VERAS, Beni. (1994), “Os Dois Brasis”. *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro.

A Modernização Autoritária no Nordeste do Brasil

O objetivo do texto é construir uma análise sobre a dissociação entre a modernização política e econômica ocorrida no Nordeste do Brasil nos anos de 1960 a 1993. O que se quer ressaltar é o desenvolvimento econômico vivido pela região, contraposto a uma situação política continuamente vinculada às características do domínio oligárquico e patrimonialista, que tem transformado o Nordeste em referência negativa no que se refere ao tema.

Para tanto, dividimos a argumentação em três breves momentos. O primeiro busca uma orientação macro-histórica para a leitura dos processos gerais da política brasileira no que diz respeito ao processo de modernização, com a pretensão de estabelecer uma chave interpretativa para os eventos ocorridos no período indicado. O segundo momento compreende uma breve passagem pela realidade empírica das mudanças econômicas ocorridas na região. Finalmente, apresentamos uma análise sobre a política nordestina naquele período, ressaltando a atuação parlamentar dos representantes da região e apresentando algumas características da relação economia e política, com destaque para a dissociação que se faz notar entre os dois termos.

A Modernização Conservadora

Um ponto central para se entender a história da modernização no país tem a ver com a disjuntiva opinião *vs.* interesses. Analisando a questão da ameaça corporativa à democracia, Werneck Vianna (1989, p. 16) apresenta como um fato marcante da política nacional a divergência entre opinião, colocada no nível ideológico pelos partidos políticos, e os interesses, com expressão restrita ao interior da estrutura corporativa.

É a reforma do Estado, advinda da vitória da Aliança Liberal, na década de 30, que iria torná-lo minimamente capaz de uma proposta universalizante, *tornada possível por meio da fórmula corporativa*, em que os canais de participação se achavam controlados.

O traço autoritário da modernização ganha contornos nítidos a partir desse período, que tem como marco principal o golpe de 37, que proporciona o controle da sociedade civil, através da estrutura corporativa, impedindo aos partidos e organizações de representação um exercício efetivo de suas prerrogativas, a não ser no interior do Estado. Em outros termos, aquele golpe marca o início do que se convencionou denominar “Era Vargas”.

* Professor assistente da Universidade Federal do Piauí e doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

O golpe de 64, muito embora pretendesse a ruptura com o legado de 37, volta-se a ele e reforça-o, acelerando a modernização conservadora do país. Para Werneck Vianna (1994, pp. 7-10), a confluência dos dois períodos de autoritarismo se assenta no impulso modernizante, no avanço no sentido da democratização social e na aversão à democracia política, com uma lógica transformista de conservar-mudando, com forte ênfase nos processos de mudança.

No entanto, as diferenças entre os períodos são maiores que suas afinidades. A primeira delas tem relação com a inspiração americana de 64, que creditava à estratégia modernizante o efeito de desenvolvimento político e social. Por outro lado, estabeleceu-se um congelamento da política e da organização social, com um movimento vigoroso da economia. O resultado foi uma dissociação entre as esferas do público e do privado, com a constituição de uma cultura política isolacionista, que tornou complexa a passagem do indivíduo à condição de cidadão graças à sua indiferença em relação à política. Criou ainda níveis de exclusão social inéditos.

Chegando até a eleição de 1994, Werneck Vianna (1995, p. 164) reforça ainda mais o seu ponto ao analisar a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, a sociedade civil burguesa que houvera abdicado politicamente em nome dos militares, chega ao poder com sua própria representação, a da grande burguesia paulista, argumentando trazer consigo o fim da “Era Vargas”.

A partir de então, Werneck Vianna tem enfatizado a crescente dissociação entre a institucionalização da democracia política e da democracia social, com uma opção das forças no poder por uma resolução à inglesa do problema da incorporação.

Este breve resumo da história política do país nos indica, porém, alguns pontos para reflexão. Em primeiro lugar, é importante notar que o processo a que se denomina “modernização” tem aqui algumas características muito específicas, seguindo uma trajetória que ressalta o papel do Estado como um ator forte e, algumas vezes, delimitador das circunstâncias inerentes à ação dos demais atores sociais.¹

Em segundo lugar, acompanhando a perspectiva de Santos, a consequência mais importante do período autoritário teria sido o adiantamento das condições que tornariam derrotada a “ordem regulada” até então vigente no país. Sendo assim, aquela ordem, que possuía como limite inferior a presença do campesinato e, em seu limite superior, os agregados dominantes, definidos por meio das relações jurídicas de propriedade (dono de terras, industrial, comerciante), começou a ser estremecida por um processo de modernização que originou novos atores sociais que, fugindo à regulação estatal de sua cidadania, começam a atuar em um espaço público que se ampliava a partir dessa própria ação.

¹ O conceito de “cidadania regulada” que aparece na obra de Santos (1994) parece ser uma firme expressão desta afirmativa.

Nesse processo desempenham papel fundamental os estratos médios que surgiram com a industrialização da década de 70; a mobilização sindical que rejeitava a estrutura montada no Estado Novo, com um operariado diversificado em sua origem e acrescido dos estratos de profissionais liberais, agora assalariados; a nova classe média estatal; e a população do campo, maciçamente sindicalizada, ainda que para receber os benefícios do Funrural.

Aspectos Econômicos da Modernização Nordestina

Cabe verificar, então, algumas das circunstâncias econômicas que se desenvolveram ao longo dos anos de 1960 até 1993.

Em primeiro lugar, os dados sobre a economia nordestina no período (cf. Gomes e Vergolino, 1995) mostram que ela se comportou de maneira semelhante à economia nacional, com uma taxa média de crescimento apenas 0,1 ponto percentual menor que a brasileira (5,6%). Quando subdividimos o período percebemos que, de 1970 a 1993 e de 1980 a 1993, a economia da região respondeu aos estímulos de crescimento de maneira mais expressiva que a nacional, principalmente quando se incorpora a década de 70. Assim, no primeiro subperíodo, o país alcançou uma taxa média de 4,1%, contra os 5,0% da economia nordestina. Entre 1980 e 1993, as taxas diminuem, mas a dianteira da região permanece, com um crescimento de 3,0%, quando o Brasil obteve uma taxa média de 2,1%.

Esta primeira constatação sugere que se olharmos apenas para o fator crescimento econômico, que consta no conceito de modernização, veremos que nesse item a integração do Nordeste à economia nacional tem se mostrado bem-sucedida, especialmente se tomamos como referencial para análise a situação em que a mesma se encontrava até o final da década de 50.

Quanto ao processo de industrialização da região, verificou-se um movimento bastante intenso, com uma taxa média de crescimento de 4,6%, durante um período de 23 anos, enquanto a mesma para o território nacional foi 1,0 ponto percentual menor.

No entanto, esse comportamento não é verdadeiro para o setor agropecuário, pois enquanto no país a taxa média foi de 3,5%, na região ela se reduziu a 2% ao ano durante o período, registrando, ainda, alta instabilidade, ocasionada sobretudo pelas várias estiagens que se sucederam durante estas mais de duas décadas. Uma terceira observação importante é sobre o crescimento significativo dos serviços no contexto da economia nordestina, com uma taxa média de 6,8%, que contrastam com os 4,9% verificados na economia nacional.

Tais índices mostram com razoável clareza que os caminhos da economia do Nordeste levaram-na à mesma trilha da economia nacional. Os indicadores dessa evolução são, principalmente, aqueles que detectam o movimento dos setores da indústria e dos serviços. Sendo assim, é possível adiantar que, no período indicado, os problemas de integração

produtiva daquela economia foram superados e nos dias atuais temos um quadro onde *já não é mais possível tratar o “regionalismo” nordestino como uma dimensão isolada da vida econômica do país; os problemas do Nordeste são os problemas nacionais.*

Todavia, essa integração não consolidou um espaço econômico homogêneo, nem nacionalmente, muito menos em termos regionais. O comportamento diferenciado do crescimento econômico da região mostra que o Maranhão despontou como o estado de crescimento mais expressivo, alcançando uma taxa média de 9,1%, quatro pontos percentuais maior que a média regional do período, com destaque importante para a década de 80, quando esse valor foi de 10,2%, que contrasta com os 4,4% da economia nordestina em geral.

O Rio Grande do Norte também seguiu essa mesma trajetória de crescimento, embora com taxas mais modestas. Por outro lado, Paraíba, Pernambuco e Bahia apresentaram menor crescimento, enquanto Ceará, Alagoas, Sergipe e Piauí alcançaram índices intermediários.²

Quanto à participação no PIB regional (Gomes e Vergolino, 1995, pp. 28-29), o crescimento do Maranhão e do Rio Grande do Norte e, mesmo, o fraco desempenho de Pernambuco e Bahia não foram capazes de modificar o padrão de concentração da atividade econômica na região, assim, em 1990, Pernambuco, Ceará e Bahia possuíam juntos 66,3% do PIB regional.

Pode-se sustentar, então, que o espaço econômico nordestino, embora integrado à economia nacional,³ tem sub-regiões que cresceram de modo bastante desigual, fazendo supor que inexistia homogeneidade econômica naquele território. Tal constatação é muito significativa, pois indica que os efeitos da modernização não se espalharam por toda a região, e que, além do grande descompasso entre política e economia, houve também forte diferenciação no desenvolvimento econômico das várias sub-regiões nordestinas.

Novamente, Gomes e Vergolino (*idem*, pp. 77-90) chamam a atenção para tal realidade. De maneira exploratória, definem quatro sub-regiões no Nordeste: a Zona da Mata, as áreas de projetos de irrigação, as regiões metropolitanas e o semi-árido. Em primeiro lugar, apontam a crescente e expressiva participação das regiões metropolitanas na economia nordestina. Entre 1970 e 1992, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador passaram a concentrar mais de 50% do PIB regional, quase duplicando sua porcentagem no período inicial (26,37%).

² Um novo relatório da Sudene, “Agregados Econômicos Regionais — Variáveis Macroeconômicas”, lançado no 2º semestre de 1996, aponta que entre 1970-1995, foi o Rio Grande do Norte que mais cresceu na região, seguido pelo Maranhão e o Ceará. Por outro lado, Pernambuco foi o estado de menor crescimento. Infelizmente, não tivemos acesso em tempo oportuno a todos os dados do relatório (ver *Folha de S. Paulo*, 6/10/1996, Cad. Dinheiro, p. 9).

³ Outros dados significativos que sustentam essa afirmativa podem ser encontrados no texto de Araújo (1995).

Em segundo lugar, as zonas de agricultura irrigada, embora com participação pouco expressiva no conjunto da região (1,8% em 1992), lograram um crescimento que lhes permitiu duplicar sua posição no PIB regional, realçando dessa maneira um novo perfil para a agricultura, de vocação fundamentalmente exportadora. No que diz respeito à Zona da Mata, sua participação relativa na economia regional manteve-se praticamente estável, aumentando ao longo das duas décadas pouco menos de 2%, mas ainda constituindo cerca de um terço da economia da região.

Mas, é no semi-árido que se verifica um decréscimo persistente de participação relativa, que denota a dificuldade de a região crescer de modo homogêneo por todas as suas sub-regiões. Estabelecendo como base de comparação o ano de 1988, a perda de participação é em torno de 12%, bastante significativa em um contexto onde se concentra grande parte da população que vive abaixo da linha de pobreza.

Os dados até aqui apresentados evidenciam que grande parte dos problemas enfrentados pela região tem relação com as formas de intervenção estatal na tentativa de solucioná-los. Assim, para citar um exemplo extremo, ao tratar de modo “paternalista” a região do semi-árido nordestino, criou-se uma situação insólita de profunda dependência econômica da população da sub-região em relação aos recursos de transferências dos vários níveis de poder do Estado.⁴

De modo geral, são esses os efeitos do processo de modernização que se verificou na economia nordestina nas últimas décadas. No entanto, é preciso ressaltar que houve também fatores positivos na modernização da região (cf. Araújo, 1995).

Política e Economia na Modernização Nordestina

Como afirmado anteriormente, nosso objetivo é adiantar uma interpretação sobre os efeitos do processo de modernização na região, sustentando a existência de uma forte dissociação entre as conseqüências econômicas e políticas de tal processo, e fazendo ver que o desenvolvimento econômico, somente em casos excepcionais, logrou sedimentar, de maneira hegemônica, a posição de novos atores políticos na região.

Iná E. de Castro, analisando a estrutura socioeconômica regional descreve o que denomina o “enigma nordestino”,

“[...] à expansão e modernização dos recursos materiais corresponde a preservação das relações sociais forjadas na estrutura econômica anterior. Ou seja, assiste-se na região à convivência entre dinâmicas de transformação do econômico e do social muito diferentes, o que resulta na superposição de condições

⁴ No semi-árido pernambucano a participação de tais recursos pode alcançar mais de 40% do PIB dos municípios que o compõem. Ver Gomes e Vergolino (1995, p. 88).

materiais que se modernizam e condições sociais que se deterioram”⁵ (Castro, 1992, p. 102).

Tais condições sociais não fazem parte dos objetivos de discussão traçados para este trabalho, contudo, podemos estender o argumento da autora e afirmar que à expansão dos recursos materiais, em geral, correspondeu também uma conservação do perfil político da região.

A política nordestina, desde o período da Primeira República, tem sido identificada pela maioria de seus analistas através de uma característica básica, que tem a ver com o padrão de relacionamento das elites políticas locais, seja com os cidadãos da região, seja com os níveis mais altos de poder na Federação. A esse padrão de relações convencionou-se denominar coronelismo.⁶ No entanto, como Carvalho (1995, p. 3) aponta, não é o coronelismo que persiste na prática política regional, mas um grau ainda elevado de mandonismo no interior, e a pertinaz presença de relações clientelistas no sistema político de modo geral.

Castro (1992), mediante um outro ponto de vista sobre a política da região, que diz respeito à análise do discurso “regionalista” da elite nordestina no Congresso Nacional, procura compreender as preferências, alianças e posições dos sujeitos políticos concretos. Nesse sentido, um dos primeiros pontos que enuncia diz respeito ao perfil social dessa elite, que, segundo suas conclusões, tem extração fundamentalmente entre profissionais liberais e empresários, com forte presença dos primeiros. Entre os empresários são majoritários os que possuem ligações com atividades rurais. Além disso, a extração da elite analisada pela autora (deputados federais) possui, em sua maioria, um passado político em outros cargos legislativos, ou executivos, o que aponta para a importância da constituição de uma carreira política como requisito para fazer parte da representação federal dos estados da região.

Uma das conclusões que se pode avançar em relação a esses dados é que, na região Nordeste, continuam prevalecendo no contexto político as elites vinculadas às atividades rurais, o que indica a importância desse setor na vida da região, em que pesem os dados econômicos desfavoráveis citados acima.

Outro ponto digno de nota, e também ressaltado por Castro, tem a ver com a participação inexpressiva de indivíduos de origem social vinculada às classes trabalhadoras na representação política regional. Sendo assim, temos aqui um argumento favorável à nossa hipótese de que não houve correspondência entre a modernização econômica e a modernização política para a maioria dos estados do Nordeste do Brasil.

⁵ Uma nota importante a respeito desse trabalho tem relação com a definição de região Nordeste utilizada pela autora, que exclui os estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Apesar disso, parece lícito tomar suas conclusões mais gerais como corretas, mesmo para esses estados que, como vimos, são incluídos nas análises econômicas da região.

⁶ Para uma análise desta questão, ver Leal (1989).

Quanto à análise do discurso desses parlamentares, Castro destaca a persistência do enfoque regional, seguido do estadual, que corresponderia a mais de dois terços das manifestações desses deputados na tribuna da Câmara. O dado é ainda mais significativo porque, ao observarmos o largo período analisado pela autora, podemos constatar que a tendência, embora tenha se modificado em relação aos temas abordados, foi sempre a mesma, o que sugere que o crescimento econômico verificado na região desde a década de 60 não foi capaz de mudar a orientação básica da atividade parlamentar dos deputados nordestinos. Ao contrário, como afirma Castro, é a partir dessa década que vai se intensificar definitivamente a perspectiva regional.

Analisando de modo mais específico o conteúdo dos discursos desses parlamentares, Castro chama a atenção para duas questões relevantes, do ponto vista da abordagem que aqui se realiza. A primeira delas, mais geral, enfatiza o modo como a representação política é entendida por essa elite. Segundo a autora, os interesses defendidos pelos parlamentares são, via de regra, os seus próprios interesses como atores políticos, ou mesmo econômicos. Em segundo lugar, a maioria dos representantes da região tem ligações com o setor rural e no conjunto dos discursos é a agropecuária que surge como o tema mais enfocado sob um prisma econômico.

Sendo assim, quando insistimos na dissociação entre política e economia, no que se refere às conseqüências do processo de modernização no Nordeste, queremos apontar para o modo como, ao desencadear o processo, o Estado brasileiro foi capaz de manter intactas, não só na região Nordeste, a estrutura fundiária e as relações de produção no campo.

As conseqüências desse fator para a vida nordestina talvez possam ser avaliadas como mais importantes do que para o restante do país, porque, com isso se logrou manter de pé o sustentáculo do poder conservador na região, que, como estamos analisando, impôs um ritmo peculiar às mudanças na estrutura social local.

De maneira conclusiva, na análise de Castro é importante ressaltar a forma como a elite da região se utiliza de um discurso “regionalista” como meio de atuação e representação de interesses. Contudo, essa forma se mostra amplamente dissociada do perfil produtivo da região, que durante as duas últimas décadas conseguiu se integrar produtivamente à economia nacional, sugerindo um esvaziamento da temática regional, com sua substituição por temas que têm relação com a inserção no novo desenho de ordem em desenvolvimento no país, calcado, até aqui, na perspectiva de um avanço cada vez maior da auto-regulação do mercado e na acomodação da economia nacional no processo de “globalização”.

No contexto desta reflexão, talvez seja esta a conclusão mais importante, pois aponta com nítida transparência a hipótese central que estamos defendendo. Ao insistir na tese “regionalista”, a elite política da região entra em descompasso com a realidade da economia local, integrada e sócia dos movimentos gerais da economia nacional, obtendo, em alguns momentos, certa precedência em relação à última.

Dessa maneira, o que se pode observar é um movimento político que, ao permanecer dissociado dos acontecimentos econômicos, mantém as condições de sua permanência inalteradas. Ou seja, a elite nordestina aparece com um benefício duplo em relação ao processo de modernização. Por um lado, guardadas as bases sociais que resguardam sua posição política, e mantida a centralização das ações governamentais na esfera federal, estipula-se a possibilidade de continuar atuando como representante de uma região ainda marcada pela indiferenciação de sua estrutura social.

Por outro, é através dessa salvaguarda de seu poder que, na maioria dos casos,⁷ é capaz de desfrutar do processo de modernização, com o aumento dos recursos materiais à sua disposição, sem ser ameaçada por atores novos, seja advindos da burguesia formada com o crescimento econômico, seja pelo novo estrato médio da sociedade, ou mesmo, pelos trabalhadores ligados à produção industrial.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (1995), “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?”, in *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, Fundap/Unesp.
- BONFIM, Washington Luís de S. (1996), *Modernização Política e a Política da Modernização no Ceará em Perspectiva Comparada*. Projeto de Tese de Doutorado, Iuperj, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Murilo de. (1995), *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Rio de Janeiro, mimeo.
- CASTRO, Iná Elias de. (1992), *O Mito da Necessidade. Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino*. São Paulo, Bertrand Brasil.
- GOMES, Gustavo M. e VERGOLINO, José R. (1995), “A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994”. *Texto para Discussão*, nº 372, IPEA, Rio de Janeiro.
- LEAL, Vítor Nunes. (1989), *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1994), *Cidadania e Justiça. A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- WERNECK VIANNA, Luiz. (1989), *A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (1994), “1964”. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, nº 2, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- _____. (1995), “O Coroamento da Era Vargas e o Fim da História do Brasil”. *Dados*, vol. 38, nº 1.

⁷ Uma exceção a esta regra pode ter vindo do estado do Ceará, onde uma burguesia de características diferenciadas quanto às suas atividades vem governando o estado desde 1986 (ver Bonfim, 1996).

Poder Político e Responsabilidade: A Reflexão Weberiana sobre a Democracia Parlamentar

Marcelo da Costa Maciel*

Estado e Política

O objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, comentar os principais conceitos da sociologia política de Max Weber e, em segundo, focalizar a sua análise crítica acerca do funcionamento das instituições políticas da Alemanha de seu tempo. Para tanto, na primeira seção, apresentaremos a forma pela qual Weber constrói os conceitos de “políti-ca” e “Estado”, para, na segunda parte, abordarmos os problemas identificados por Weber na situação política do Estado alemão após o domínio de Bismarck, bem como as suas propostas para a solução desses problemas. Com isso, poderemos acompanhar aspectos essenciais da reflexão política weberiana, desde a formulação dos conceitos que possibilitam a apreensão teórica dos fenômenos referentes à esfera do político até a sua avaliação da conjuntura política por ele presenciada na Alemanha, e veremos como tal avaliação serve de base para as suas concepções sobre as formas e conteúdos apropriados às instituições e ações políticas no Estado democrático moderno.

De acordo com Weber, os conceitos de política e Estado estão intrinsecamente relacionados, pois o que lhe interessa fundamentalmente não é a política enquanto atividade diretiva ou exercício de poder no âmbito das relações privadas ou dos pequenos grupos, como a política adotada por um sindicato durante uma greve ou a política de uma esposa hábil, que procura governar seu marido (cf. Weber, 1982, p. 97). O seu interesse é discutir a política enquanto a direção ou a influência sobre o agrupamento político designado como Estado. Por isso, o conceito de Estado é o ponto de partida para a reflexão política de Weber.

Antes de mais nada, Weber ressalta que o Estado não se define pelos *fins*, mas pelo *meio* específico que lhe é peculiar, qual seja, o uso da coação física. Além disso, as noções de *monopólio* e *legitimidade* quanto à possibilidade de exercício da força física são fundamentais para a definição de Estado. Com efeito, Weber define o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. O conceito de política vincula-se ao de Estado uma vez que a política é definida como o conjunto de esforços com vistas a

* Doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado (cf. *idem*, p. 98).

Desse modo, o Estado moderno tem em comum com as formas anteriores de agrupamento político o fato de consistir em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência considerada como legítima. Todavia, o que singulariza o Estado moderno é que ele se constitui em um agrupamento político no qual os meios materiais de administração estão concentrados nas mãos dos dirigentes, ou seja, o Estado moderno expropriou todos aqueles que anteriormente dispunham, por direito próprio, de instrumentos de gestão política.

O processo de formação do Estado moderno suscitou o surgimento da categoria denominada por Weber de *políticos profissionais*, os quais atuaram historicamente como importantes instrumentos de poder por parte do Estado na supressão dos meios particulares de dominação política. A evolução do Estado moderno fez com que a política deixasse de ser exercida como uma atividade ocasional ou secundária, tornando-se a atividade principal na vida de determinados homens.

Esse fenômeno leva Weber a investigar o sentido do que ele chama a *vocação política* e a traçar o retrato contemporâneo do homem político. Para ele, todo homem que se dedica à política aspira ao poder e esse anseio pelo poder — seja ele tomado como instrumento para a consecução de outros fins, seja ele tomado em si mesmo, visando o prestígio que ele confere — é a marca distintiva da política como vocação.

A caracterização do político por vocação, dotado de qualidades políticas, nomeadamente a capacidade de liderança, o desejo de poder e o senso de responsabilidade sobre o poder, é de fundamental importância para a compreensão da crítica que Weber dirige ao sistema político alemão de sua época. Suas considerações sobre o governo, a burocracia e o Parlamento na democracia moderna têm como fundamento a concepção de que a esfera política é o âmbito da tomada de decisão responsável por parte de homens dotados da autêntica vocação política.

Parlamento e Democracia

O universo da política é retratado por Weber tendo como contraste o universo da burocracia, a qual assumiu, no Estado moderno, uma força cada vez mais determinante. A tendência à burocratização de todas as esferas da vida (incluindo inevitavelmente a política) aparece como a marca distintiva da civilização ocidental. Tal tendência se faz sentir na estrutura e funcionamento do Estado moderno, trazendo conseqüências importantes para a própria natureza da política.

Segundo Weber, a política é o terreno por excelência das convicções e das tomadas de decisão. A honra, por assim dizer, do político autêntico consiste justamente em tomar

partido, apaixonar-se, enfim, combater por seus valores, visões de mundo, interesses e programas políticos, tendo, por outro lado, o necessário senso de responsabilidade e a disposição para assumir compromissos e chegar a soluções conciliatórias para o embate entre posições divergentes.

Essencialmente diverso é o universo da burocracia, o qual se caracteriza pela execução eficiente dos mandatos, sem preferências ou decisões próprias por parte daqueles que os executam. A honra de um funcionário burocrático consiste, portanto, em destituir-se de convicções e interesses próprios no exercício de sua função. A atividade política, enquanto exercício ou busca do poder, deve combinar a convicção e a responsabilidade, ao passo que a atividade burocrática, enquanto execução de ordens provenientes de alguma autoridade superior, deve ser pautada pela racionalidade técnica. Ao político compete propor fins e, tendo consciência de suas conseqüências últimas, lutar em prol deles. Ao burocrata compete trabalhar para que as decisões políticas possam ser implementadas de forma racional, eficiente e organizada.

O principal problema político identificado por Weber no Estado alemão é provocado pela usurpação do poder político por parte da camada de burocratas, os quais passam a assumir, no interior daquele Estado, funções políticas importantes, as quais deveriam estar a cargo de verdadeiros homens políticos. No Estado alemão, a esfera para a tomada de decisão política responsável foi ocupada por homens detentores de uma formação técnica especializada, mas desprovidos das qualidades necessárias que fazem um autêntico líder político.

Essa situação é considerada por Weber como “a herança de Bismarck”, uma vez que o longo período de predomínio político deste último impediu que se formasse na nação alemã qualquer cultura política, assim como impediu que as instituições políticas alemãs fossem capazes de propiciar o surgimento e a seleção de talentos políticos (cf. Weber, 1993, p. 29). Ao contrário, o legado de Bismarck consistiu em uma apatia geral no que concerne à participação política e no esvaziamento da política devido à invasão da burocracia na esfera de tomada de decisões.

Ao ganharem espaço para uma ação não-controlada dentro do aparato de poder do Estado, os burocratas têm a oportunidade de defender seus interesses pessoais, os quais se referem, acima de tudo, à ocupação de cargos públicos. Dessa forma, a autonomização do aparelho burocrático, que no Estado alemão havia se tornado uma força política ativa, provocou a ausência de uma liderança propriamente política e o amesquinamento da atividade política.

Essa situação repercute de forma marcante na instituição do Parlamento. Diante do predomínio político da burocracia, o Parlamento deixa de ser um caminho atraente para aquele que tenha ambições e qualidades políticas, uma vez que a atividade parlamentar nunca dará oportunidades reais de ascensão política, ou seja, nunca possibilitará que se assumam cargos

importantes de decisão política. A área de atuação política do Parlamento, sendo bastante limitada, frustrará certamente aquele que pretenda, a partir da atuação parlamentar, participar do poder e influir nas decisões no interior do Estado. O Parlamento, assim, ocupa uma posição acessória, quase decorativa, de tal forma que nele não existem condições de florescer chefes políticos necessários para a condução responsável da política do Estado. A política do Estado fica, por sua vez, a cargo de uma camada acima de qualquer controle, auto-interessada, possuidora de um saber específico, em função do qual quer legitimar a sua posição, impedir a transparência da administração e, em última instância, inibir a atividade política propriamente dita.

No contexto político alemão que se sucedeu à Era Bismarck, a principal instituição política criada pela Europa Ocidental nos tempos modernos, o Parlamento, encontrava-se impotente diante de um Estado no qual o poder dirigente estava, de fato, concentrado nas mãos de uma camada de burocratas. A Constituição Imperial tinha cláusulas que perpetuavam tal situação, e foi visando a alteração desse estado de coisas que Weber escreveu os artigos publicados em 1917 e, posteriormente, reunidos sob o título *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada* (*idem*).

Como solução para deter a tendência avassaladora da burocracia, que avança de forma ilegítima e nociva sobre a esfera própria da política, Weber enfatiza a necessidade de fortalecimento do Parlamento enquanto instituição de política positiva, e não apenas como espaço para a discussão e a política negativa. O Parlamento deve ser capaz de propor medidas efetivas, em vez de se limitar a formular críticas inócuas. O político-parlamentar deve encontrar condições de atuar ativamente na distribuição do poder dirigente do Estado, participando das decisões políticas e assumindo a responsabilidade sobre elas. Para tanto, o Parlamento deve constituir-se como uma escola de formação e seleção de líderes políticos, ocupando, assim, um lugar determinante no sistema político alemão.

A Alemanha não poderia se furtar ao movimento que caracterizou o desenvolvimento de todos os Estados na Europa Ocidental na modernidade, qual seja, a consolidação da democracia parlamentar. Para Weber, as instituições representativas da democracia parlamentar constituem-se nos únicos meios de fazer frente ao superpoder da burocracia, garantindo a autenticidade da esfera política e as liberdades políticas fundamentais. Assim sendo, a crítica de Weber à usurpação da política por parte da burocracia vem acompanhada de uma defesa do regime parlamentar e de uma reivindicação para que nesse regime o Parlamento tenha poder e responsabilidade de fato, e não seja apenas uma instituição acessória ou decorativa.

Em seus últimos escritos políticos, já no início da República de Weimar, Weber irá acrescentar a essa concepção de democracia parlamentar elementos de democracia plebiscitária, vistos por ele como mais condizentes com as atuais condições da democracia de massas. Isto o levará a defender a idéia de que o presidente da República seja escolhido

diretamente pelo povo, como forma de preservar o espaço para a verdadeira vocação política (que, nesse caso, surge com um forte componente carismático) e de instituir uma instância de poder cuja legitimidade emane diretamente do povo, o que a dotaria de uma ampla margem de ação, capaz de impedir os efeitos nocivos da burocratização.

Segundo Weber, a esfera política deveria ser constituída por homens dotados da verdadeira vocação política, sendo, por isso, capazes de infundir a preocupação com os negócios públicos, a convicção e a responsabilidade nessa esfera, impedindo que ela se transformasse no império dos interesses puramente egoístas e da racionalidade puramente instrumental. Nesse sentido, o presidente da República poderia se tornar a expressão do líder carismático nas condições das democracias de massa. Essa proposição de Weber não é incompatível com a sua definição de carisma se levarmos em conta o que ele diz sobre a “reinterpretação antiautoritária do carisma”, pela qual o componente fundamental da aceitação do líder carismático (o seu reconhecimento por parte dos seguidores) se dá por meio de uma eleição (cf. Weber, 1991, cap. III, § 14).

Contudo, de acordo com Weber, o presidente eleito em condições de democracia plebiscitária não equivaleria à figura de um ditador, mas sim, como salienta Gabriel Cohn, a de “um estadista apto a usar a sua ampla latitude de ação para iniciativas voltadas para os grandes interesses nacionais, com responsabilidade pelas conseqüências” (Weber, 1993, p. 19).

Para concluir, deve-se ressaltar que a perspectiva adotada por Weber ao tratar da democracia, seja na sua face parlamentar, seja na sua face plebiscitária, é eminentemente institucional, pois Weber não a defende como um valor em si mesmo, enquanto forma política provida de algum conteúdo ético. Ele não acreditava na democracia como um conjunto de idéias intrinsecamente valiosas, mas considerava suas instituições de um modo pragmático. Weber defendia a democracia parlamentar, não por comungar das crenças fundamentais do liberalismo clássico acerca da excelência dos valores democráticos e dos direitos naturais do homem, mas devido às suas conseqüências para a formação e seleção de líderes políticos eficientes.

“Para Weber, o direito de voto universal, a luta pelos votos e a liberdade de organização não tinham valor, a menos que resultassem em líderes políticos poderosos, dispostos a assumir a responsabilidade, ao invés de fugir dela e ocultar seus atos atrás de grupos cortesãos e burocratas imperiais que dispusessem do favor do Kaiser” (Gerth e Mills, 1982, pp. 53-54).

Assim, sua tomada de posição em favor da democracia constitucional explica-se pela necessidade de que se constituam forças políticas capazes de atuar como contrapesos ao avanço esmagador da burocracia. A competição entre os partidos no Parlamento deveria levar ao poder homens políticos dotados de qualidades dirigentes, sobretudo vontade apaixonada, senso de responsabilidade e conhecimento técnico necessário para controlar a burocracia, a qual deveria se manter como instrumento técnico, jamais tomando a si a

tarefa de elaborar políticas. A eleição do presidente sob a forma plebiscitária contribuiria para a possibilidade de ascensão de líderes carismáticos, capazes de equilibrar a tendência no sentido de uma racionalidade completamente divorciada do caráter pessoal e da esfera dos valores. Portanto, em sua visão desencantada do mundo moderno, a defesa da democracia, por parte de Weber, fundamenta-se no fato de esta lhe parecer combinar os arranjos institucionais adequados às condições atuais das ordens coletivas e à preservação da autenticidade da política.

Referências Bibliográficas

GERTH, H. H. e MILLS, C. W. (1982), “Introdução: O Homem e sua Obra”, *in* M. Weber, *Ensaio de Sociologia* (Tradução de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

WEBER, Max. (1982), “A Política como Vocação”, *in* *Ensaio de Sociologia* (Tradução de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

_____. (1991), *Economia e Sociedade* (vol. I). Brasília, Editora da UnB.

_____. (1993), *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada* (Tradução de Karin Bakker de Araújo). Petrópolis, Editora Vozes.

Consideraciones sobre el Realismo Político de Schumpeter

Mauricio F. Blanco Cossío*

Desde de la publicación de *Capitalismo, Socialismo y Democracia* por Joseph Schumpeter en 1942, se han generado un gran número de publicaciones, artículos y seminarios al interior de la teoría política sobre los diversos temas tratados en este libro. Una de las razones de tal “éxito” consiste en haber generado modelos explicativos no convencionales tanto en economía como en la teoría política — más específicamente en teoría democrática —, las “innovaciones schumpeterianas” han merecido un lugar especial en los debates.

En materia económica, una de las contribuciones schumpeterianas centrales consiste en la especificación de las condiciones del desarrollo económico. La relevancia de sus argumentos va más allá de los modelos de crecimiento, ya que transforma algunos de los conceptos hegemónicos de la época en la teoría económica y en las concepciones que hasta entonces se tenía sobre las causas del desarrollo tecnológico.

Modelos estáticos de crecimiento eran explicados en términos de eficiencia o, más explícitamente, en relación a los costos y beneficios que el empleo de una dada cantidad de recursos podría proveer. Todos los estudios en las diferentes áreas de la economía giraban en torno a la eficiencia como matriz explicativa. Schumpeter mostró que un sistema ineficiente podría crecer más rápidamente y, en el largo plazo, alcanzar niveles de productividad altos gracias a la innovación tecnológica (Caporaso e Levine, 1992).

Retomando el objeto de los clásicos (Smith, Ricardo y Marx), la economía comprendía la transformación de los métodos de producción, los medios de consumo y, el aspecto más relevante para este ensayo, las formas de organización de las instituciones económicas. En la búsqueda de respuestas plausibles a los fenómenos que presenciaba, Schumpeter recurría a aquella realidad institucional — *aquel locus o espacio institucional* — que había sido reducida a un análisis simplista de costo/beneficio: los mercados.

Es en este espacio institucional, donde los autores clásicos antes citados realizaron sus consideraciones sobre acumulación de capital y desarrollo económico. Es a partir de la aceptación de la premisa del mercado como institución y no como la operación de la eficiencia (racionalidad instrumental) que es posible evaluar las contribuciones de Schumpeter a la teoría democrática contemporánea.

* Doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

Sin embargo, la idea del mercado como institución es sólo uno de los cortes analíticos posibles, cuando se quiere desmenuzar el pensamiento schumpeteriano en torno a sus reflexiones sobre la democracia. Gran parte de los críticos de Schumpeter apuntan al reduccionismo supuestamente existente en su célebre concepción de democracia. Gracias a esta concepción, Schumpeter es clasificado como un autor “elitista” y/o “realista”. El segundo denominativo se debe a las críticas realizadas a la teoría democrático-liberal, cuyo principal exponente es John Stuart Mill en el siglo XIX.

El propósito de este ensayo es trazar un camino entre la concepción de democracia de Schumpeter y sus consideraciones sobre el funcionamiento y el rol del mercado, intentando mostrar que existe un concepto común de “ciencia” que guía su pensamiento en ambas áreas.

Una gran parte de los autores que pretenden realizar un análisis crítico de las suposiciones normativas de cualquier modelo conceptual apuntan para las debilidades originadas en la aguda separación entre el mundo empírico y el mundo ideal; a su vez, pregonan la autorestricción de pretensiones prescriptivas a la hora de elaborar su propia estructura conceptual. De otro lado, la crítica al realismo (o empirismo) se basa en la acusación de que esta autorestricción está completamente contaminada de supuestos con un fuerte contenido normativo.

Por tanto, aunque aparentemente opuestos, los dos enfoques convergen en la idea central de tratar de describir el funcionamiento de un fenómeno cualquiera renunciando a fundamentar dicha dinámica en términos de recomendaciones sobre los diferentes aspectos que circundan dicho fenómeno. De manera sucinta, esta es la temática central que envuelve la polémica en la dicotomía normatividad/descripción.

El propósito de este ensayo, es determinar cuáles son los términos concretos de esta polémica. El núcleo central de la crítica al realismo es ambiguo y estéril cuando nos detenemos al nivel más general descrito en el párrafo anterior. La cualificación de este tipo de objeciones abre otros caminos que nos permiten aprehender, de forma mucho más satisfactoria, las principales proposiciones de Schumpeter.

Para ello, es preciso dejar al propio Schumpeter que exponga los aspectos centrales de lo que él considera legítimo en el quehacer científico. De esta forma, será posible avanzar en tres sentidos: en primer lugar, explicitar lo que Schumpeter considera como una práctica correcta dentro del quehacer científico; en segundo lugar, esquematizar el modelo de Schumpeter y; por último, analizar bajo el mismo esquema las críticas realizadas por los que se oponen al realismo científico para ver el tipo de argumentos que se esgrime en contra de esta corriente.

En 1949 Schumpeter publica en *The American Economic Review* un artículo titulado “Science and Ideology” donde pretende aclarar su posición con respecto al avance de las

ciencias y participar de la polémica entre hechos y valores. En este artículo el autor se contrapone al pesimismo generalizado que existía en torno a los avances científicos en las ciencias sociales. Las causas de este pesimismo se basaban en el escepticismo de los nuevos instrumentos analíticos que se habían desarrollado en las diversas ramas del conocimiento científico.

La esencia de esta posición cética en torno de los nuevos instrumentos no estaba dirigida contra estas herramientas en sí, sino en la orientación y carácter filosófico sobre el cuál se habían erigido. Lo que no se aceptaba era el “reduccionismo empírico” sobre el cuál se había construido toda la armazón teórico-instrumental. Todo este conjunto de herramientas había probado ser de gran utilidad en el desarrollo científico gracias a su capacidad explicativa; en el campo de la economía, por ejemplo, se habían desarrollado métodos cuantitativos e instrumental analítico con un nivel de sofisticación muy elevado, modelos formales y de gran estilización matemática desarrollaron de forma inimaginable los instrumentos de política económica y control de la inflación.

En el campo de la política el “behaviorismo” mostró un gran desarrollo en el campo electoral y de comportamiento político. Nuevos postulados sobre el elector medio, el comportamiento de los partidos políticos y sobre todo tipo de relaciones entre los diversos actores y agentes políticos se realizaron en la primera mitad de siglo.

Schumpeter atribuye la resistencia a tres factores: al apego a la tradición, a una aplicación utilitaria prematura de las nuevas estructuras y, finalmente, a la excesiva especialización que ampliaba como nunca antes las diversas áreas del conocimiento evitando que el observador individual aprecie el avance de una forma global.

En cuanto a este último aspecto, el autor introduce un elemento que es relevante en el análisis de la propuesta schumpeteriana:

“Many types of mind are needed to build up the structure of human knowledge, types which never quite understand one another. Science is technique and the more it develops, the more completely does it pass out of the range of comprehension not only of the public but, minus his own chosen specialty, of the research worker himself” (Schumpeter, 1949, p. 346, resaltado mío).

Como se podrá ver, muy por el contrario de lo que generalmente es resaltado por los críticos del empirismo, Schumpeter introduce ya desde el principio la subjetividad humana como siendo elemento importante de intervención en el proceso de conocimiento. Un análisis serio de las posibilidades y perspectivas del desarrollo científico no puede dejar de tomar en cuenta no sólo la subjetividad humana, *sino la presencia constante de desentendimiento — entre el público y, lo más importante, entre la propia comunidad científica*. La fuente de ese desentendimiento, basado en las particularidades de la mente

humana, es reflejo del vínculo que el investigador científico tiene dentro de su sociedad y de su contexto social.¹

Como ya se afirmó al principio, lo importante no es el reconocimiento del papel de la subjetividad humana en el desarrollo del conocimiento científico, sino la explicitación de la forma de dicha intervención. Por tanto, el siguiente paso es describir lo que Schumpeter entiende por actividad científica:

“This work consists in picking out certain facts rather than others, in pinning them down by labeling them, in accumulating further facts in order not only to supplement but in part also to replace those originally fastened upon, in formulating and improving the relations perceived — briefly, in ‘factual’ and ‘theoretical’ research that go on in an endless chain of give and take, the facts suggesting new analytic instruments (theories) and these in turn carrying us toward the recognition of new facts” (Schumpeter, 1949, p. 350).

La explicitación de la subjetividad humana y su concepto de ciencia, han servido de base, a los críticos de Schumpeter, para demostrar la separación que el autor hace entre ambos elementos y, por tanto, estableciendo la diferencia que existe entre los juicios de valor y los “hechos” científicos. Por tanto los pasajes anteriores son, tal vez, la señal más convincente del realismo empírico de Schumpeter. La dinámica descrita muestra el apego sin reservas del autor a una ortodoxia metodológica muy bien definida.

Indagando sobre cómo se relacionan ambas esferas (ciencia y subjetividad) entre sí, es posible darse cuenta que si no se elaboran importantes cualificaciones se corre el peligro de perder y confundir el pensamiento schumpeteriano. La primera aproximación que hacemos, en cuanto a la forma del relacionamiento entre el quehacer científico y la supuesta interferencia de la subjetividad humana, es aclarada por Schumpeter cuando trata de la distinción entre juicios de valor e “ideología”. La diferencia entre ambos términos guarda relación estrecha con dos conceptos-clave: el primero llamaré de sentido de pertenencia y, el segundo de secuencial.

Schumpeter establece que “la fuente de cualquier tipo de sesgo ideológico se encuentra en la visión inicial del fenómeno que nos proponemos someter a tratamiento científico”; las visiones iniciales son ideologías en potencia, pues cargan consigo “elementos como la posición social, la auto-imagen de la clase o grupo a la cuál pertenece el cientista y la imagen de las otras clases o grupos”. En resumen, factores característicos de la esfera subjetiva de la mente humana.

¹ Después de estas consideraciones, Schumpeter realiza un comentario fundamental para los propósitos de este ensayo: “I am not going to reopen the old discussion on value judgments or my advocacy of group interests. On the contrary, it is essential for my purpose to emphasize that in itself *scientific performance does not require us to divest ourselves of our value judgments* or to renounce the calling of an advocate of some particular interest” (Schumpeter, 1949, p. 346, resaltado en el original).

El segundo concepto importante es la secuencia que existe en la transformación de los juicios de valor en ideología. Schumpeter coloca a los juicios de valor en una etapa previa al proceso científico en sí. Su función es orientar — aunque sea de forma muy ambigua — en las relaciones y en la elección de fenómenos o acontecimientos del supuesto objeto de estudio. Por otro lado, la elección de “hechos” relevantes también responde a las influencias del ambiente al cuál pertenece el cientista (concepto de pertenencia) y generalmente responde a motivaciones completamente subjetivas para demostrar o reprobando hipótesis preliminares que contienen una fuerte carga de juicios de valor.

Estas percepciones “son pre-científicas mas, de ninguna manera pre-analíticas”, además cumplen un rol imprescindible que es el de dotar de materia prima al trabajo científico; la segunda función — estrechamente relacionada con la pertenencia del cientista a su entorno político-social y de afinidades electivas — es la de motivar al trabajo científico.

Cuando aparece la ideología? Cuando después del proceso científico esos juicios de valor no son confirmados o rechazados por él. Por tanto se transforman en ideología cuando estas intuiciones pre-científicas (sin embargo analíticas) “son indiferentes a cualquier forma de ‘tests’ y, por otro lado, los métodos científicos son inocuos ante estas intuiciones con fuerte carga valorativa”.

Algunas implicaciones importantes surgen de Schumpeter: En primer lugar, la definición de lo que considera como ideología es ambivalente, pues pasa y, al mismo tiempo, no pasa por el método científico. Es decir, que un argumento cualquiera deja de ser ideológico si es refutado o confirmado por el proceso científico, pero como es posible hacerlo si argumentos ideológicos son independientes de dicho proceso y viceversa? Se puede ver, que su definición científica de ideología es ideológica.

En segundo lugar, es fácil apreciar que esta forma de conceptualización del quehacer científico tiene gran coincidencia con el modo weberiano de pensar la historia y la ciencia. Sin embargo, creo que existe un mayor paralelo con Vilfredo Pareto, si bien hay una revisión y una amenización de las argumentaciones sin alejarse de la línea central de argumentación. No es el lugar de reconstituir el concepto de ciencia paretiana, simplemente recordar la drástica distinción entre ciencia (básicamente economía) y residuos (equivalente a la sociología) (Pareto, 1935).

En tercer lugar, la distinción entre el trabajo analítico (aunque pre-científico) y la actividad propiamente científica, traza una línea divisoria en dos sentidos:

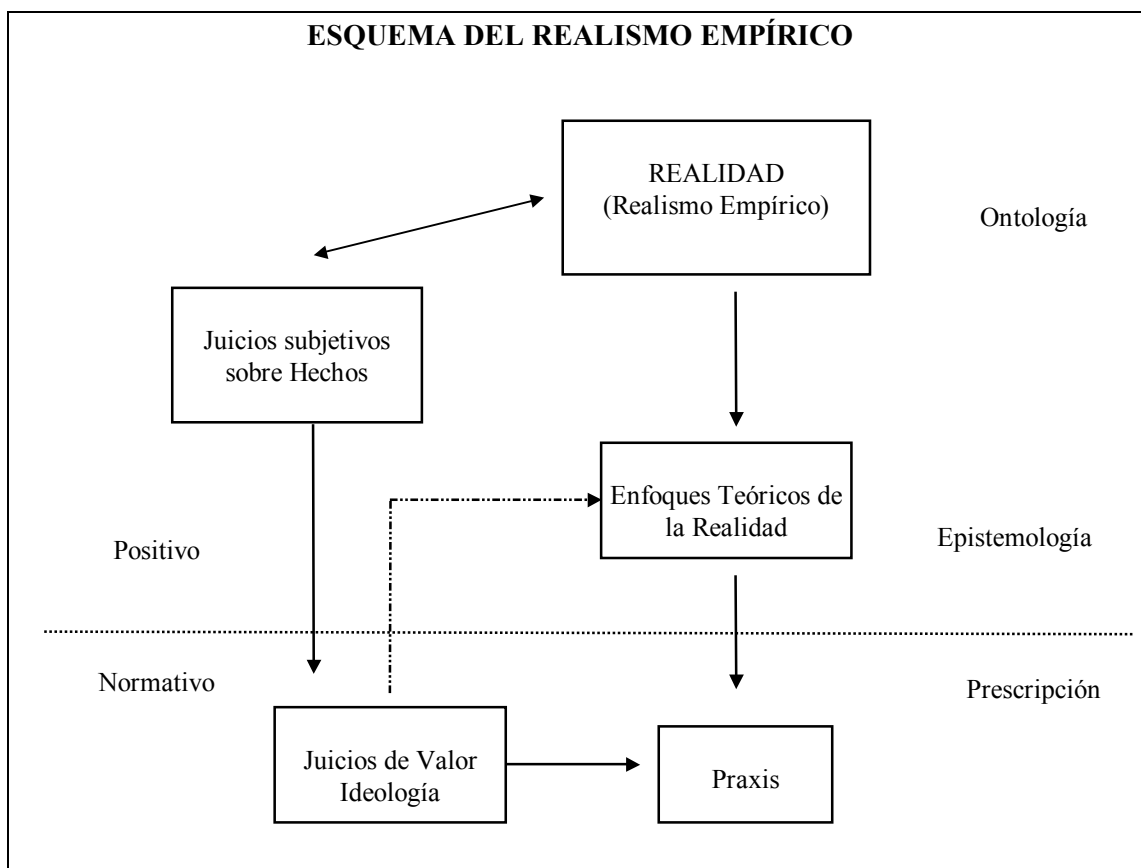
- a) las labores empíricas son un requisito indispensable para caracterizar una actividad de propiamente científica, lo cuál provoca un reduccionismo empírico que será abordado más adelante;

- b) se sigue de lo anterior que la esfera epistemológica es el centro de la actividad científica en sí pues: otorga inteligibilidad a los problemas levantados por el trabajo analítico intuitivo, sujeta la posibilidad de caracterización de la esfera ontológica a una cuestión epistemológica y, organiza las perspectivas y direcciones por donde se deberán guiar las futuras tareas.

En cuarto lugar, si bien se admite el desentendimiento general en el momento *ex-ante* del proceso científico — por la presencia de juicio de valor que son meramente subjetivos —, posteriormente es posible encontrar el equilibrio que supone depurar los juicios de valor (es decir someterlos a los test) y, por tanto, generar un consenso en estricta sujeción a la realidad, decimos equilibrio porque está abierta la posibilidad de un “interminable forcejeo entre el *concepto claro* y la *conclusión forzosa*.”

En último lugar, existe una delimitación muy clara de la praxis (o aspectos normativos) con relación a la actividad científica. Esta delimitación evita un diálogo entre los juicios de valor *ex-post* actividad científica — ideología — y la posibilidad de retroalimentación para modificaciones ulteriores del quehacer científico. Ahora sí, es posible derivar de las reflexiones de Schumpeter el armazón del modelo de ciencia que se propone de una forma esquemática.

La esquematización presentada en la siguiente figura es una adaptación de los diagramas elaborados por Jackson (1995) con el objetivo de analizar la lógica que existe entre las tres esferas: ontología, epistemología y praxis. El objetivo de Jackson es mostrar cómo los enfoques teóricos con un fuerte énfasis empírico caminan paralelamente con el naturalismo, posteriormente el autor analiza cómo el mainstream de la teoría económica en este siglo adoptó esta estructura científica y, por tanto, deja de forma descubierta sus principales defectos.



El problema con el esquema de Jackson es que lleva a los extremos al argumento realista, ya que no admite la forma en que es incorporada la subjetividad. En el diagrama de Jackson, tanto en la parte positiva (parte superior) como en la negativa (parte inferior) no se incorpora la subjetividad. Al no reconocer que los adeptos del realismo empírico toman en cuenta la dimensión subjetiva, en verdad Jackson está colocando al realismo empírico y al naturalismo positivo dentro de la misma categoría.

Lo anterior confirma nuestro reparo a los críticos del realismo empírico, esta objeción llama la atención sobre el peligro en que comúnmente se incurre cuando se ignora las innúmeras consideraciones que los autores “realistas” hacen sobre la subjetividad humana en la actividad científica. Es verdad, que esta dimensión subjetiva es caracterizada como un obstáculo al desarrollo científico — y en última instancia, no son consideradas científicas —, pero es necesario determinar las condiciones y las formas por las cuales esto sucede.

En el esquema que se propone en este trabajo para realizar una exposición fiel al pensamiento de Schumpeter, la subjetividad humana aparece dos veces. La primera, como juicios subjetivos sobre la realidad en la dimensión positiva, a la vez estos juicios ayudan en la fase preparatoria o de elección de los hechos relevantes dentro de ese “conglomerado” que es la realidad empírica. Sí el proceso científico consigue absorber dichos juicios ellos no aparecen más a no ser como parte integrante de los diversos enfoques teóricos y, en consecuencia ya en la parte prescriptiva, como praxis.

La segunda vez en que aparecen ya lo hacen como juicios de valor, es decir, como ideología. Además sólo lo hacen sí se han mantenido inmunes al método científico; o sea que, la diferencia entre ambos tipos de juicios reside en dos elementos: el primero, ya ha sido suficientemente explicado y consiste en la resistencia de estos juicios al proceso cognitivo; el segundo elemento — y el más importante —, la diferencia se da en la separación entre la dimensión normativa y positiva.

Es esta separación, que impide la consideración de los juicios de valor como factores centrales en un proceso de *feedback* en relación a los esquemas teóricos (en el diagrama está representado por la línea entrecortada). Si los juicios de valor se mantienen incólumes y, por tanto, se convierten en ideología, la única forma de influenciar en el proceso es a través de la praxis. Lo que a su vez genera su propia desvirtuación como argumento válido.

Lo interesante es que la “ideología” no tiene una segunda oportunidad (no existe *feedback*) y, por tanto, no hay parámetros externos de control; en consecuencia, es aquí donde se cierra la posibilidad de construir una teoría crítica, característica central de los modelos normativos (Held, 1989). Sin embargo, eso no quiere decir que estén ausentes los mecanismos de control, estos son endógenos a la relación entre el trabajo empírico y los instrumentos analíticos desarrollados, son endógenos al propio proceso cognitivo.

“The essential thing, however we may choose to interpret it, is the ‘endless give and take’ between the clear concept and the cogent conclusion on the one hand, *and the new fact and the handling of its variability on the other*” (Schumpeter, 1949, p. 356, resaltado mío).

Creo que es en estos procesos endógenos de control que reside la fuente de la *naturalización del paradigma*, pues la relación constante entre hechos e instrumentos va generando un círculo de reforzamiento del propio paradigma. La ausencia de factores externos a la dinámica del desarrollo teórico, así concebido, comienza paulatinamente a validar los enfoques teóricos vigentes.

La visión tiende, de forma inexorable, a trabajar en una dimensión estática. Poco a poco, los hallazgos de nuevos fenómenos dependen exclusivamente de los instrumentos ya desarrollados y es imposible evitar una simbiosis entre la realidad (que solamente existe si es sometida a los métodos empíricos) y los instrumentos analíticos que son creados *precisamente* para desarrollar esos métodos.

Esta es una de las raíces de la naturalización de los modelos teóricos en las disciplinas sociales, la naturalización debe ser entendida como la disolución de la frontera entre la ontología de los fenómenos sociales y la forma por el cuál se procesa el conocimiento. Esta naturalización es observada por Jackson, pero atribuye otra razón para tal fenómeno, cuál es la de no distinguir entre las ciencias exactas y las sociales, usando así los mismos métodos.

En el propio pasaje citado, está nuestra reserva central: la distinción debe ser hecha entre lo que es científico o no; y no entre ciencias naturales y sociales.

Creo haber probado que la subjetividad humana es un elemento presente en el pensamiento schumpeteriano; en segundo lugar, intenté mostrar cómo entra en la estructura de su concepto de ciencia y las formas en que puede desenvocar; finalmente, en lo mínimo, gran parte de los críticos del realismo político, intentan colocar dentro de la misma tradición al realismo empírico y al naturalismo positivo que, como hemos podido observar en las páginas anteriores, albergan diferencias substanciales.

A continuación, veremos las implicaciones que estas consideraciones tienen en la actual teoría democrática. La indagación que exploraremos y pretendo responder es si existe una coherencia — un correlato — entre la visión que Schumpeter tiene de lo que se debe entender por ciencia y sus proposiciones en materia de teoría democrática.

Los denominativos recibidos al esquema conceptual de la democracia propuesto por Schumpeter son muchos. Por lo general se enfatiza dos rasgos: por un lado mercado y competencia y, por otro lado los rasgos elitistas. Así, por ejemplo, David Held (1987) denomina de Modelo de Democracia del Elitismo Competitivo o, un caso muy interesante, es la definición de C. B. Macpherson (1978) que nos habla de Democracia de Equilibrio. Sin embargo, existe un consenso general entre los estudiosos de apuntar para dos rasgos centrales: la pretensión de ser una visión *realista de la democracia y ser una teoría pluralista*:

“É pluralista porque parte da pressuposição de que a sociedade a que se deve ajustar um sistema político democrático é uma sociedade plural, isto é, uma sociedade consistindo de indivíduos, cada um dos quais é impelido a muitas direções por seus muitos interesses, ora associado com um grupo de com-panheiros, ora com outro” (Macpherson, 1978, p. 81).

Este pluralismo es más una implicación — o de cierta forma una consecuencia — del reduccionismo que es necesario practicar en una nueva definición de democracia. El reduccionismo consiste en rechazar las pretensiones substantivas y generalizadoras del modelo liberal-democrático del siglo anterior (Macpherson, 1968).² La búsqueda de la igualdad respondía a una idealización, a un punto normativo con respecto al cual la democracia podía ser evaluada. Así, la democracia era definida en términos de objetivos y no en los medios para alcanzarlos, lo cual significaba la existencia de objetivos que se diferenciaban de la esfera individual. Schumpeter junta a Rousseau, Mill y Bentham como

² Macpherson nos habla del sentido amplio de la democracia: “[...] además de este estricto sentido de la democracia hay otro más amplio que, históricamente hablando, es en la misma medida legítimo. La democracia en este sentido más amplio ha contenido siempre un ideal de igualdad humana, no sólo una igualdad de oportunidades para ascender una escalera de clase, sino una igualdad tal que sólo podría ser plenamente alcanzada en una sociedad en la cual ninguna clase determinada pudiera dominar o vivir a expensas de las otras” (p. 34).

representantes de “una filosofía social producto del capitalismo primitivo”, la resultante obvia era la posibilidad de definir “con bases racionales” en que consistía el bien común.

El modelo propuesto vacía, intencionalmente, los contenidos morales del liberalismo democrático y de esta forma, rechaza la unidad política o el consenso de los ciudadanos en torno de fines. Las sociedades capitalistas modernas son demasiado complejas y diferenciadas para sustentar la posibilidad de existencia de un bien común. Schumpeter apunta como ideologías — en los términos referidos en la sección anterior — aquellas que proclaman la existencia de esta unidad política. Lo que sí puede ser sujeto a verificación es la profunda estratificación social y los diversos intereses entre los grupos intervinientes en la política. Incluso en el caso en que existiría consensos más abstractos es difícil verificar este consenso en las formas de cómo llegar a esos objetivos (Elliott, 1994).

Macpherson relaciona este pluralismo con el realismo político de Schumpeter en el sentido de que ante la imposibilidad de verificación de un fin común — que supuestamente consistiría en una sociedad mejor — el propósito de la democracia se limita a representar de forma fiel los deseos de los diversos sectores o grupos que conforman la sociedad.

Por tanto, la exigencia democrática, *ante la verificación del profundo disenso existente dentro de la sociedad*, lleva a Schumpeter a reducir la democracia a un método, a un arreglo institucional que traduzca de forma clara y transparente las preferencias de la sociedad. Estos juicios diferentes y contradictorios no pasan por el rango de la lógica, y no pueden ser objeto de discernimiento científico-racional, como pretendían los demócratas-liberales. Nótese el paralelismo de la argumentación con los argumentos levantados anteriormente.

“Esse fato, ignorado pelo utilitarista devido à sua estreiteza de ponto-de-vista sobre o mundo dos valores humanos, provocará dificuldades sobre as questões de princípio, que não podem ser reconciliadas por argumentação racional. Isto porque os valores supremos — nosso conceito sobre o que devem ser a vida e a sociedade — situam-se além dos domínios da lógica” (Schumpeter, 1976).

En la explicación del por qué no es posible tener acceso a un bien común es que Schumpeter exterioriza sus conceptos acerca del ciudadano común y, en última instancia, sobre la naturaleza del ser humano. La independencia del elector, su poder de observar, interpretar y hacer inferencias y conclusiones racionales son los temas que merecen, según Schumpeter, profunda reflexión y que habían sido sistemáticamente dados por sentado sin ninguna capacidad de autocrítica.

Uno de los productos típicos del Iluminismo fue la visión optimista sobre las posibilidades del desarrollo humano. Los rasgos más importantes consistían en el interés de los ciudadanos por los asuntos públicos, la capacidad de llegar — a través de la discusión — a acuerdos que expresen objetivos comunes. Desde principios de siglo, autores como Pareto, Mosca, Michels y otros habían cuestionado estas proposiciones a dos niveles: en primer

lugar, la propia visión de la naturaleza humana (Pareto y Mosca) y, en segundo lugar, las implicaciones político-institucionales que se derivaban de ella (Michels y Schmitt).

Schumpeter se adhiere explícitamente a las cuestiones levantadas por Pareto, en lo que hace relación con los factores extra-rationales en el comportamiento humano. Apoyado en los estudios realizados — por la psicología social — sobre los efectos negativos que se generan entre las multitudes y, en estudios económicos que mostraban la falsedad de los supuestos sobre la independencia del consumidor, Schumpeter rebate la pretendida racionalidad del elector que usaba como uno de los argumentos centrales la independencia de este.

Los cuestionamientos a la racionalidad del individuo común, apoyados por la constatación de la inexistencia de la independencia del ciudadano, deben ser cuidadosamente cualificados, ya que es en estas consideraciones que es posible indagar sobre la coherencia del esquema conceptual de Schumpeter. De la forma más breve posible, podemos enunciar que la racionalidad del elector schumpeteriano descansa en la apatía y en el recogimiento del mundo privado.

La complejización del mundo moderno en todas sus facetas, hace que el hombre ordinario pueda sólo interesarse por las cosas inmediatas que lo rodean (familia, negocios, amigos barrio, etc), o sea, las cosas que están “bajo su observación directa”, los hechos acerca de los cuales él mismo “puede formarse una opinión sin necesidad de intermediarios”. Esta es una de las causas que es frecuentemente apuntadas por los lectores de Schumpeter, para articular sus ideas en torno a la apatía y, por ese camino, la irracionalidad del hombre común.

No obstante, la apatía es un resultado natural y racional de la imposibilidad del ciudadano de influenciar los *outputs* de la política.³ Es otra forma de racionalizar ante la esterilidad de las acciones que aisladamente podría tomar para influenciar de forma efectiva en los resultados de la política. Este dislocamiento de la racionalidad y la idea de adaptación queda muy clara en el siguiente pasaje:

“De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ela possa se desenvolver. Ele é membro de um comitê incapaz de funcionar — o comitê formado por toda a nação — e é por isso mesmo que emprega menos esforço disciplinado para dominar um problema político do que gasta numa partida de bridge” (Schumpeter, 1976, p. 318).

Nuestro objetivo central de mostrar que la propuesta schumpeteriana acerca de la democracia guarda una estrecha relación tanto con sus consideraciones sobre lo que es ciencia como con su propia metodología — que él mismo denominó de realista —, ha sido cumplido por el lado de las características atribuidas a los hombres. Como se puede ver,

³ Debo agradecer la atención sobre este punto a la Profesora Maria Regina Soares de Lima.

existe una fractura profunda entre la anterior concepción del ciudadano, explicitada por los pensadores del siglo XIX y la concepción de Schumpeter.

Todas estas reflexiones buscan refutar la teoría clásica de la democracia liberal por el lado de la justificación (normatividad), mostrando que es imposible sostener un modelo conceptual basado sobre presupuestos falsos o empíricamente refutables. El conjunto de premisas que elaboramos a continuación en el cuadro siguiente — con el objetivo de describir la lógica de los argumentos schumpeterianos —, muestran las razones que invalidan dicho modelo y establecen, según el autor, los elementos centrales sobre los cuales se construirá un enfoque realista de la democracia.

La próxima tarea es ver los efectos que produce esta concepción de la naturaleza humana en el funcionamiento de la polis. Es decir, que el siguiente paso es describir (explicar) como funcionan las democracias contemporáneas una vez erosionada la posibilidad de justificar el orden social desde la perspectiva democrático-liberal. Es en este punto que es posible unir las consideraciones sobre el “elitismo” y el mercado como categoría analítica central en la parte positiva de sus consideraciones.

La apatía del elector deja espacio muy amplio al análisis del otro lado de la demanda. A diferencia de los autores elitistas antidemocráticos de principios de este siglo, Schumpeter muestra que la democracia representativa no es un fraude (Brittan, 1975), es decir, que es viable como método de gobierno capaz de producir decisiones. Esta es una de las posibles entradas a los aspectos normativos de Schumpeter.

I - Realismo Empírico

- a) *No existe bien común o fines socialmente aceptadas por todos debido a:
 - i) la subjetividad de los hombres.
 - ii) la existencia de intereses diversos.*
- b) *La racionalidad del elector por las cuestiones públicas no existe.*
- c) *No es verificable la independencia del ciudadano común para formar sus opiniones en diversas áreas. Las causas son dos:
 - i) Es posible comprobar el alto grado de emocionalidad de las multitudes y su incapacidad de relacionar causas y efectos.
 - ii) Es empíricamente posible constatar la influencia de la publicidad.*
- d) *En consecuencia de (i) y (ii) sus preferencias no son estrictamente definidas por sus necesidades y pueden ser “invadidas” ellas.*

II - Modelo Conceptual Derivado de I

- e) *El hombre se interesa por lo que puede influenciar de forma directa.*
- f) *La apatía es el resultado de la capacidad adaptativa de la racionalidad del hombre, aunque esta racionalidad es diferente de la propuesta por los modelos clásicos.*
- g) *El conflicto político existe.*

III - Praxis Derivada I y II

- h) *La democracia debe limitarse a reflejar los intereses de los diversos grupos dentro de una sociedad y permitir que todos esos grupos tengan la oportunidad de escoger quienes los deben gobernar.*
- i) *La democracia es sólo un método.*
- j) *Este método, por ser vacío de contenido moral o ético, se asemeja al funcionamiento del mercado ya que simplemente permitirá la competitividad entre los partidos para acceder al gobierno.*

La mejor forma de pensar en quienes tienen capacidad de acceder al gobierno y de cómo funciona la dinámica de la política es pensar en la analogía del mercado (Beetham, 1993). Los políticos compiten por la obtención del voto para llegar al gobierno, donde las plataformas programáticas son sólo una parte de la estrategia por captar al electorado. Por tanto, las políticas públicas que supuestamente son la materialización de las ofertas programáticas, no reflejan necesariamente — como suponían los partidarios de la democracia representativa clásica — las preferencias del electorado o, por lo menos, de la mayoría.

La función del elector es producir gobiernos y los criterios que utilizará para ello son de poca relevancia por las razones anteriormente explicadas. El mecanismo del mercado se encaja perfectamente como instrumental analítico para estudiar el funcionamiento de la política en una democracia representativa.

Estos aspectos son derivados de la constatación de una deficiencia del electorado que Schumpeter apunta como siendo un aspecto central de la caracterización del elector medio. La democracia como método es una explicación razonablemente fidedigna porque no necesita de las suposiciones *ideologizadas* que la teoría liberal de la democracia realizaba.

De esta manera, la propuesta schumpeteriana apela fuertemente al argumento de limitarse a realizar un recuento estrictamente descriptivo del funcionamiento de los procesos democráticos en las sociedades capitalistas avanzadas, para ello la teoría formulada no puede también salir de esta esfera descriptiva. Es decir que un enfoque descriptivo de la democracia debe *obligatoriamente partir del supuesto que la democracia no persigue un conjunto de realizaciones que van más allá de la propia democracia, al hacerlo se pierde la esencia de la misma, pues los fines que muchas veces son colocados pueden ser alcanzados por medios no democráticos.*

El mercado cumple una función importantísima como instrumento analítico explicativo de cómo funcionan realmente las democracias. Pero, al hacerlo no escapa a un tono eminentemente justificativo.

Entonces, la apatía sí tiene un determinante central cual es la desigual distribución de poder. No obstante, Schumpeter diferentemente de sus predecesores realistas (Mosca, Michels y Pareto) no se detiene a estudiar las causas o los mecanismos que expliquen esa distribución inequitativa de poder.

Resumiendo, la distribución inequitativa del poder entra como un juicio de valor subjetivo, completamente legítimo, en la estructura teórica de Schumpeter. En segundo lugar, no vemos ninguna argumentación de las causas para la aparición de este fenómeno, por lo cual aparece después de todo el razonamiento ya como un argumento ideológico. Es más, finalmente, este elemento se transforma en factor central a la hora de hacer las afirmaciones de carácter prescriptivo.

Referências Bibliográficas

- BEETHAM, D. (1993), “Four Theorems about the Market and Democracy”. *European Journal of Political Research*, vol. XXIII, nº 2.
- BRITTAN, S. (1975), “The Economic Contradictions of Democracy”. *British Journal of Political Science*, vol. V, nº 2.
- CAPORASO, J. A. e LEVINE, D. A. (1992), *Theories of Political Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ELLIOTT, J. E. (1994), “Joseph A. Schumpeter and the Theory of Democracy”. *Review of Social Economy*, vol. LII, nº 4.
- HELD, D. (1987), *Models of Democracy*. Stanford, Stanford University Press.
- _____. (1989), *Political Theory and the Modern State*. Stanford, Stanford University Press.
- JACKSON, W. A. (1995), “Naturalism in Economics”. *Journal of Economic Issues*, vol. XXIX, nº 3.
- MACPHERSON, C. B. (1968), *La Realidad Democrática* (Traducción de Carlos Sánchez-Rodrigo). Barcelona, Fontanella.
- _____. (1978), *A Democracia Liberal: Origens e Evolução* (Tradução de Nathanael Aguirre). Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PARETO, V. (1935), *The Mind and Society: A Treatise on General Sociology* (Traducción de A. Livingston). New York, Brace.
- SCHUMPETER, J. A. (1949), “Science and Ideology”. *The American Economic Review*, vol. XXXIX, nº 2.
- _____. (1976), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Fatos, Contrafactuais e a(s) Curva(s) do Tempo: Um *Cluster* Teórico*

Raul Francisco Magalhães**

Um tema recente no debate da teoria política discute a importância de hipóteses contrafactuais na construção de explicações que recorrem ao método comparativo. O que está em jogo é o problema gerado pela construção imaginária de cenários alternativos àqueles apontados quer pela história, quer pela conjuntura que se toma para análise, como elementos cruciais para a *explicação* e, quem sabe, *previsão* (o maior nó das ciências sociais) de eventos, a partir dos dados postos sob os olhos dos cientistas.

O problema gerado pela impossibilidade de um cientista social reordenar os elementos causais únicos que concorrem para um determinado evento na história cria a seguinte situação, impensável em um laboratório de física ou química: se não podemos *isolar* e *repetir* as causas de um fenômeno, não podemos sem dúvida *prever* qualquer coisa rigorosamente, pois nunca sabemos ao certo quando as mesmas causas revolucionárias *x* vão gerar o fenômeno revolução *y*. E olhe que ninguém menos que Max Weber disse em uma famosa conferência que a função da ciência era controlar o mundo através da previsão. Acontece que em matéria de previsões as ciências da sociedade apresentam resultados lastimáveis se comparadas às ciências da natureza. Já houve um tempo de maior otimismo onde revoluções proletárias podiam ser lidas nas contradições do capitalismo, com uma certeza equivalente às modernas previsões meteorológicas feitas por satélite. Bem, deu no que deu, mas o marxismo conseguiu negociar um espaço respeitável como filosofia crítica da sociedade e suas falhas preditivas foram relevadas, já que a ciência social “burguesa” também foi pródiga em futurologias rapidamente descartadas (penso no “fim das ideologias” como um exemplo de otimismo político pouco verificável).

Imaginar cenários contrafactuais para sustentar hipóteses causais é uma necessidade do método comparativo na ciência política e na história, ainda que tais problemas não tenham recebido a reflexão metodológica que merecem. Para citar o caso brasileiro, boa parte da explicação sobre nossa industrialização — promovida por rasgos iluministas do Estado — fala da *ausência* de uma burguesia hegemônica. É a típica explicação pelo que falta, não pelo que existe, e traz a suposição que se houvesse a tal burguesia, teríamos um perfil mais liberal e bases menos autoritárias. Aliás, as teorias de desenvolvimento político que tomam o caso inglês como o paradigma da democracia construída pela capacidade da sociedade civil controlar as potenciais investidas absolutistas do poder central, acabam sempre

* Este trabalho é fruto das discussões realizadas no âmbito do Programa de Estudos Experimentais II, coordenado pelo prof. Wanderley Guilherme dos Santos, IUPERJ, 2º semestre de 1996.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e doutorando do Programa de Ciência Política do IUPERJ.

imaginando o que faltou a cada país para que estes pudessem desfrutar de uma moderna liberdade à inglesa. Trabalhos clássicos como os de Barrington Moore são fartos em considerações sobre o que poderia ter acontecido na história *se tais* ou quais ingredientes, presentes em um caso, se manifestassem em outro onde estiveram ausentes, ou pouco desenvolvidos.

A crítica aos recursos contrafactuais em história e mesmo nas comparações contemporâneas é óbvia: o que não aconteceu na história pode ser infinitamente enumerado e imaginado, mas ciência, acreditam muitos, se faz com fatos singulares e daí a tarefa é explicar cada caso com base nos elementos que lhe são evidentes, em vez de imaginar o que não ocorreu para explicar qualquer coisa. Por essa crítica nada sobrevive do método comparativo, que opera com a noção de ausência de fatores causais em um caso, quando comparado com outro de referência, como elemento estruturante da explicação. A menos que o método comparativo passe a ser usado unicamente para justapor casos e afirmar a absoluta singularidade do Brasil diante da Rússia. Se não se puder recorrer a comparações, não mais interessa se esses dois países começaram sua modernização tardiamente sob a direção de Estados autoritários, vale mais dizer que cavaquinho não é balalaika.

Esse é o argumento da alternativa *culturalista*, afirmando a singularidade como forma de compreensão de cada sociedade: Gilberto Freyre montou uma teoria do Brasil alicerçada em uma síntese cultural absolutamente singular, que independe de qualquer comparação, e, portanto, não usa (aparentemente) hipóteses contrafactuais. O mesmo pode ser dito de Oliveira Vianna.

Acontece que, em geral, cientistas políticos não gostam de explicações culturalistas, em parte por não entenderem normalmente nada de antropologia, mas fundamentalmente porque o princípio da ciência política os obriga a construir teorias que expliquem uma certa generalidade de casos (de preferência todos). E não há como falar em diferenças entre esses casos sem buscar similitudes entre os mesmos. Essas similitudes, portadoras de regularidades, padrões de repetição entre os elementos que constituem o objeto de investigação, formam a base da teoria e lhe dão lastro empírico. E aqui ressurgem o problema: quando não é possível encontrar uma similitude entre n casos, ela pode ser inventada teoricamente, a fim de explicar por que esses casos diferem. Nesse sentido, a singularidade do Brasil de Gilberto Freyre ou de Oliveira Vianna é tão contrafactual, tão *inventada*, quanto qualquer outra construção teórica, pois torna tal singularidade necessária à definição do caso único estudado. Há uma verdade confortável entre tentar explicar o Brasil apenas por si mesmo ou pela comparação com outros casos?

Qualquer que seja o expediente, uma explicação sempre aparece, o difícil é fazê-la funcionar mais de uma vez, *prevendo* algo, pois é isso que se espera de uma boa teoria. Imaginar configurações futuras da sociedade é uma forma de mover as ações contra ou a favor delas. Assim, nas ciências sociais, as elaborações sobre o futuro estão, em princípio,

muito mais ligadas às intenções humanas do que nas ciências que lidam com fenômenos físicos. E aqui é útil sublinhar que essas intenções estão igualmente presentes nas avaliações sobre os fatos presentes e passados. Não é exagero dizer que os próprios fatos são elaborações intencionais, não havendo consenso algum sobre o sentido destes para as facções políticas e científicas que disputam a validade de sua interpretação.

A esse respeito vale citar um trecho de Maquiavel, que sabia que os fatos da história são, na verdade, criações que podem fazer uma poderosa conexão entre análise, retórica e ação. Nos *Discursos*, após dizer que os homens, sem muita razão, acreditam por demais em um passado que não conheceram, ele acrescenta:

“Quando se equivocam, como acontece quase sempre, isso se deve a várias razões. A primeira é a de que não se pode conhecer toda a verdade sobre os acontecimentos da antiguidade; muitas vezes se oculta o que poderia trazer desonra aos tempos passados, enquanto se celebra, e amplia, tudo o que se acrescenta à sua glória” (Maquiavel, 1979, p. 189).

É muito possível que Maquiavel considerasse essa observação aplicável aos rigorosos estudos da história contemporânea. Mas o ponto que interessa é que ao admitir que os fatos não são, por completo, conhecidos e têm aspectos intencionalmente ocultos, o florentino permite pensar que usar a história como um exemplo significa sempre preencher tais lacunas, o que só pode ser feito com conjecturas não explicitadas, no que quer que se considere ser a *verdade* sobre o passado.

Para um pensador renascentista, que acreditava no caráter *cíclico* do tempo, a previsibilidade de eventos pelo entendimento da história era bem mais fácil de ser admitida, ainda que empiricamente tão complicada quanto hoje, como parece indicar, à época, o conceito de *fortuna*, que resolvia aqueles momentos insondáveis da história. Da mesma forma, prever era filosoficamente fácil para quem via a história como uma *linha* progressiva que levava quer ao paraíso, quer ao apocalipse ou, ainda, para ficar na terra, ao socialismo.

A dar crédito às teorias da física, o *espaço* é curvo e a filosofia desde muito não o dissocia do *tempo*. Curvaturas e rugosidades do universo entortam o tempo não em ciclos (como primeiramente Platão sabia e a tradição renascentista também — Maquiavel já duvidava um pouco), mas em formas convexas ou côncavas e, sobretudo, *irregulares*. Na verdade, os astros não permanecem em órbitas imutáveis e traçadas a compasso, mas sim em curvas que se chocam, produzindo fragmentos que bombardeiam entre si planetas, meteoros, cometas e estrelas em uma (des)ordem inexplicável dado o grau atual de desenvolvimento da matemática. Hoje, mesmo com a reflexão do Caos bem desenvolvida nas ciências exatas, não há equações capazes de descrever inúmeros problemas caóticos, como, por exemplo, quais as leis matemáticas que presidem o estilhaçamento dos corpos. Não há como *prever* de que forma exatamente ficará um biscoito estilhaçado, mesmo que se estilhacem milhares deles em laboratório, controlando-se todas as variáveis. Com o espaço e o tempo percebidos como irregulares pela física não há muito que reclamar se as ciências

sociais considerarem o tempo histórico menos perfeito ainda, cheio de reentrâncias e, decididamente, sem um curso unívoco. Diante de estilhaçamentos como as revoluções e a Segunda Guerra Mundial, a história não cabe mais em uma seta ou um par de trilhos.

À parte a satisfação de ver a matemática, tão fascinante aos cientistas sociais (que, aliás, lidam com o caos por excelência), ser, momentaneamente, incapaz de algo, já existem proposições acerca da incapacidade real de se prever fenômenos gigantescos como as revoluções francesa e russa ou a queda do bloco comunista, por serem explosões e implosões sociais, portanto, produtoras de ações caóticas que se entrecrocaram e se propagam muito mais que se organizam. Não há *sujeito* capaz de ordenar processos dessa dimensão. Simplesmente, ninguém esperava que o fim do socialismo real fosse tão veloz e de maneira tão pouco violenta, considerando-se o potencial de destruição militar contido naqueles países. Um teórico chamado Timur Kuran usou o termo *surpresa* para descrever as revoluções que virão. Elas são *inevitáveis*, *imprevisíveis* e colocam sempre o problema dos limites do conhecimento. Ninguém ou qualquer ator social consegue realmente conhecer todos os fatores envolvidos na produção da sociedade, não há informação suficiente sobre tudo que se precisa saber para se prever uma revolução. Em bom cienciopolitiquês:

“What is the appropriate response to the observation that past revolutions have been unanticipated? Inferring that no one has yet developed an adequate model of social change in general, and of revolution in particular, one could try to develop a better model that would yield perfect or near-perfect predictions. Alternatively, one could incorporate the fact that revolutions tend to come as a surprise into the set of phenomena to be explained. In my view, the later opinion is both more realistic and more fruitful” (Kuran, 1995).

É por isso que os renascentistas, presenciando uma revolução na ordem política da Europa, com a fundação dos Estados nacionais, sabiam que a política pede fundamentalmente uma *teoria da ação*, com ênfase na capacidade *criativa* do ator, capaz de inventar novas saídas no tempo, antes não previstas sequer nos modelos conceituais disponíveis. De novo Maquiavel. A polaridade *Virtù x Fortuna*, no autor, aponta a necessidade da ação ousada como o caminho para seduzir a sorte. A inconstância do tempo em suas curvas é a principal causa da ruína dos príncipes e repúblicas que não se adequam às mudanças por não abandonarem sua maneira de sempre proceder. A fortuna pode prejudicar ou ajudar a todos, mas é impiedosa com quem não muda.

E já que falamos em ação, algumas passagens de um autor canônico a respeito desse tema evidenciam que construções mentais, para além dos fatos observáveis, estão visceralmente associadas aos princípios metodológicos fundamentais da teoria da ação social. Nos “Fundamentos Metodológicos” do capítulo primeiro do livro *Economia e Sociedade* pode-se encontrar vários momentos onde os argumentos que propõem o recurso ao *tipo ideal*, afirmam que a eficácia desse procedimento é tanto maior quanto mais o *tipo* em questão se desprender da realidade empírica que se deseja *compreender*. Alguns trechos tomados

como exemplo, demonstram que Weber jamais consideraria o debate sobre hipóteses contrafactuais estranho ao procedimento mais elementar do método das ciências sociais:

“Na explicação de um ‘pânico financeiro’, por exemplo, é conveniente averiguar primeiro como *se teria* processado a ação *sem* influências de afetos irracionais, para registrar depois aqueles componentes irracionais como ‘perturbações’. Do mesmo modo, quando se trata de uma ação política ou militar, é conveniente verificar primeiro como *se teria* desenrolado a ação caso se tivesse conhecimento de todas as intenções dos protagonistas e a escolha dos meios ocorresse de maneira estritamente racional orientada pelo fim, conforme a experiência que julgamos válida” (Weber, 1991, pp. 4-9, ênfases no original).

Em outro trecho:

“Em muitos casos, entretanto, só resta o meio inseguro da ‘experiência ideal’, quer dizer, a eliminação *imaginada* de certos componentes da cadeia de motivos e a construção do desenvolvimento então provável da ação, para alcançar uma imputação causal” (*idem*, ênfase no original).

E, mais adiante, ao falar da construção de tipos ideais:

“Quanto mais nítida e inequivocamente se *construam* esses tipos ideais, *quanto mais alheios do mundo estejam*, neste sentido, tanto melhor prestarão o seu serviço, terminológica, classificatória, bem como heurísticamente” (*idem*, ênfases minhas).

Imagino que, caso esta tradução seja minimamente razoável, pode-se dizer que Weber está usando a forma *condicional* para afirmar algo. Uma sentença condicional enuncia uma possibilidade contrafactual. Em proposições condicionais do tipo: *se as pessoas não tivessem entrado em pânico não haveria colapso do sistema bancário*, elimina-se imaginariamente o elemento emocional da ação empírica, o *pânico* que propagou a corrida aos bancos, permitindo construir uma ação cujo impacto *não* incide sobre a racionalidade dos indivíduos, o que produziria um quadro típico de cautela e ordem. É interessante notar que na primeira situação (pânico) o prejuízo é primeiramente dos banqueiros e depois se reflete na economia; já na segunda situação, se podemos contaminar um tipo ideal com alguma experiência empírica, o prejuízo atinge primeiro o poupador que racionalmente confiou no sistema e não deu ouvidos a boatos alarmistas.

A linguagem cotidiana opera (sofisticadamente) com estruturas discursivas onde alteramos todas as nossas possibilidades de acreditar em qualquer proposição ao aceitarmos sentenças condicionais como: *se eu tivesse feito administração ou direito teria mais dinheiro*, que levam a inferências e generalizações (médicos e advogados ganham mais que a média), e podem ter consistência analítica para avaliações de senso comum sobre o que fazer para recuperar o tempo perdido com cursos de humanidades.

Se os fatos sociais podem ser manipulados imaginariamente para fins explicativos e preditivos o que fica para o cientista são ações, intenções e invenções. Uma teoria que pretenda alguma coisa na ciência política e em toda teoria social deve encontrar aí um foco fundamental de estruturação analítica. Os cenários contrafactuais devem ser pensados em função das ações capazes de conformá-los à realidade e qualquer que seja nosso intuito de prever há sempre algo que nos escapará, pois somos artífices/intérpretes do que é essencialmente inexato, do caótico.

Assim como as viagens à Lua foram possíveis no imaginário cinematográfico de fins do século XIX, há sempre chance de um projeto revolucionário ser executado, basta que suas ações, além de virtuosas, caiam nas graças da fortuna. O grande problema de ver as coisas dessa forma é que, diferentemente dos romanos que podiam lidar com a fortuna como uma deusa, que aceitava presentes e sacrifícios, nos falta com quem barganhar. Agora não se trata mais de uma entidade, mas de um campo formado por fluxos de ações como forças que vão conformando o mundo sempre aquém e além do pensamento. Gastando mais um pouco uma grande metáfora ocidental, o indivíduo age como Ulisses navegando no mar Egeu, sujeito a muito mais do que tempestades, porém sempre capaz de descobrir um ponto por onde escapar. Só que os cidadãos comuns não são réplicas de Ulisses; eles são os soldados de Ulisses. Além do mais, o grego só retornou de Tróia a Ítaca porque isto fora profetizado. Quanto aos cientistas, há alguma certeza sobre suas profecias. Sabemos que elas nos contam parte da história. Caso seja necessário, inventa-se o resto.

Referências Bibliográficas

- KURAN, Timur. (1995), "The Inevitability of Future Revolutionary Surprises". *American Journal of Sociology*, vol. 100, nº 6.
- MAQUIAVEL, N. (1979), *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (Tradução de Sérgio Bath). Brasília, Editora da UnB.
- WEBER, Max. (1991), *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora da UnB.

O Perfil do Estudante do IUPERJ

O presente trabalho, na linha de um estudo de caso, é uma investigação da trajetória do Iuperj, concentrando-se, em particular, no perfil e na produção dos seus estudantes. Concebido a partir da pesquisa¹ “Cientistas Sociais e Vida Pública” (Werneck Vianna, Carvalho e Melo, 1994), foi desenvolvido no âmbito do “Laboratório Sociologia dos Intelectuais e Institucionalização da Ciência no Brasil”, coordenado pelo prof. Luiz Werneck Vianna.

Esta investigação institui um ângulo particularmente interessante para a observação do processo de implantação das ciências sociais no Brasil, por dois motivos: a singularidade de o Iuperj ser, até hoje, segundo a Capes, o único centro de pesquisa e ensino isolado e privado do país na área; e também porque a sua história como centro de excelência de ensino e pesquisa coincide com o período mais recente de institucionalização da disciplina.

Portanto, o Iuperj constitui-se em uma boa ilustração do que se convencionou chamar de um paradoxo: a ciência social, uma disciplina identificada com as demandas e tensões de uma ordem democrática, consolida-se entre nós em um contexto de autoritarismo e cerceamento à livre expressão dos problemas sociais. Inverte-se aqui o processo: a institucionalização acadêmica antecede à existência de uma demanda efetiva por parte da sociedade dos serviços desse profissional. Em verdade, pela mediação da ciência, os cientistas sociais inauguraram um novo espaço para a sua inserção na vida pública, espaço este que exigiu, dessa vez como condição necessária, a sua participação em uma comunidade científica (*idem*, p. 383). Eis o Iuperj em sua origem.

A proposta de criação de um centro de pesquisa e ensino de excelência, desde 1919, já estava em germe na fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, vinculada à Sociedade Brasileira de Instrução — SBI. Essa aspiração veio a se concretizar em 1963 com a criação do Iuperj. Em 1966, o Instituto inicia a publicação da revista *Dados* que, aos poucos, foi se tornando um modelo de pesquisa para as ciências sociais, uma expressão do processo de consolidação das ciências sociais brasileiras ocorrido nas últimas três décadas. Já em 1967, passa a combinar a atividade de pesquisa com a de ensino, visando à “construção institucional” de um centro voltado para uma disciplina então emergente, a ciência política. Um ano depois é criado o Mestrado de Ciência Política (a primeira turma é de 1969), e em 1973 o de Sociologia. Esse processo culmina, na década de 80, com a implantação do Doutorado em ambas as áreas. Trata-se

* Doutoranda do Programa de Sociologia do Iuperj.

¹ A pesquisa demonstrou que o processo de institucionalização da disciplina conduziu à constituição de um sistema nacional de ensino e pesquisa em ciências sociais que implicou uma mudança no perfil da clientela dos cursos de graduação e pós-graduação.

de um período de renovação da agenda da pesquisa social no Brasil, no qual a pesquisa está inserida.

O perfil da clientela do Iuperj, formada pelos estudantes admitidos em seu exame de seleção, foi analisado com base em questionário elaborado pela própria instituição e aplicado aos estudantes desde 1980. Esse questionário forneceu as seguintes informações: idade, gênero, curso de origem, ocupação, estado civil e ocupação dos pais. Um levantamento de todas as teses e dissertações defendidas na instituição, desde a sua fundação, permitiu a classificação dessa produção quanto ao objeto temático e a área temática. Além disso, os relatórios anualmente publicados pelo Iuperj forneceram informações adicionais sobre as atividades institucionais. O número de estudantes admitidos nesse período — 1980 a 1994 — foi de 233; deste total tivemos acesso a 161 questionários dos alunos, o que equivale a 69% deles.

Para fins de análise, os dados foram agregados em cinco períodos, cada um compreendendo um intervalo de três anos: 1980 a 1982, 1983 a 1985, 1986 a 1988, 1989 a 1991 e 1992 a 1994.

A análise do perfil do estudante do Iuperj demonstra que a maior parte dos estudantes que ingressaram no Mestrado da instituição possuía sua graduação em ciências sociais; esta, por sua vez, era realizada em instituições locais, como a UFF, a PUC e a UFRJ. Historicamente, o alunado do Iuperj tem origem no Rio de Janeiro e nos estados de Minas Gerais e São Paulo, tendo a região Sudeste primazia no ingresso — 81,5%, enquanto as outras regiões 13%. Os estudantes que ingressaram no Doutorado, a partir de 1980, eram, em sua grande maioria, originários da própria instituição e com formação nas áreas de sociologia e ciência política.

Os dados relativos à cidade de residência dos alunos no Mestrado demonstram que a clientela é essencialmente local — aqueles que residem no Estado do Rio de Janeiro perfazem um total de 82,5% dos pesquisados. Entretanto, mais recentemente, constatou-se uma tendência favorável ao recrutamento de estudantes não residentes na cidade do Rio de Janeiro, destacando-se no último período, entre 1992 e 1994, o aumento do número de alunos originários da Baixada Fluminense, Juiz de Fora e outras cidades. Quanto aos estudantes residentes na cidade do Rio de Janeiro constata-se uma tendência nítida à diminuição do número de moradores em bairros da Zona Sul, que no início da década de 80 correspondia a um percentual de 60% — recentemente este valor diminuiu 40 pontos percentuais. Pode tratar-se de um indicador de mudança no padrão de recrutamento da instituição, elevando-se a presença de estudantes de origem subalterna, originários das zonas norte e oeste.

Quanto ao perfil etário, o que se verifica é que aproximadamente 40% dos estudantes ingressaram com idade até 25 anos e 40% com idade entre 26 e 30 anos, caracterizando um estudante relativamente jovem. Esta análise pode ser referendada pelos dados sobre a

ocupação do estudante — aproximadamente 70% dos entrevistados trabalham, e destes 30% contribuem para o sustento da família. Interessante ressaltar que, no período entre 1990 e 1994, há um aumento da presença feminina no Iuperj.

O exame do perfil familiar também nos ajuda a qualificar esta análise, uma vez que os dados relativos à ocupação do pai mostram um expressivo aumento do número de estudantes cujo pai é trabalhador manual, operário ou autônomo — no início do período em questão somente 5% dos alunos se enquadravam nessa categoria, enquanto recentemente esse valor passou para 15%; quanto à ocupação da mãe, há um expressivo decréscimo de mães que não trabalham, de 40% para 30%.

Foram levantados também dados relativos ao intervalo entre a graduação e o ingresso no Mestrado. Em período mais recente, entre os anos de 1992 e 1994, 73% dos estudantes ou entraram imediatamente para o Mestrado após o término da graduação, ou, no máximo, com até dois anos de intervalo, marcando uma procura desse estudante por qualificação, o que poderia se configurar como uma estratégia de mobilidade social. Uma estratégia desenvolvida por esse estudante que, associada à prática científica, tende a reinscrever o cientista social na esfera pública de sua atividade como especialista, ao mesmo tempo em que mostra o processo de democratização social das últimas décadas.

A democratização do acesso às ciências sociais pode ser exemplificada a partir dos dados relativos ao perfil do corpo discente do Iuperj, à medida que segmentos de extração subalterna ampliaram sua inserção no Instituto. Isto se depreende do crescimento do número de estudantes provenientes de municípios periféricos à cidade do RJ e das zonas norte e oeste; da ampliação do número de estudantes que completaram a graduação com 25 anos ou mais, e imediatamente ingressaram na instituição; da diminuição do total de mães que não trabalham e da elevação de pais trabalhadores manuais, autônomos e operários; além do número elevado de estudantes que trabalham e que contribuem para o sustento da família; e do aumento da presença feminina.

Somando-se ao perfil do estudante, foi feito também um levantamento das teses e dissertações produzidas no período. O que se constata é uma orientação acadêmica voltada para a elaboração de trabalhos com enfoques nas áreas temáticas de Teoria Social e Política (principalmente nas dissertações, talvez por conta do novo formato do Mestrado) e um aumento de trabalhos em áreas que desenvolvem pesquisas tópicas. No início do período, o intervalo de tempo entre o ingresso no Instituto e a defesa da dissertação ou tese era muito maior do que mais recentemente, o que se deve ao aumento na exigência de cumprimento dos prazos estipulados pelas agências de fomento.

Portanto, além da modificação no perfil socioeconômico da clientela, há, em anos mais recentes, uma nova percepção entre os cientistas sociais da profissão e de sua inscrição na vida pública. Verifica-se o aparecimento de um estudante com interesses caracteristicamente profissionais, que busca o seu acesso à vida pública por intermédio da ciência e da

pesquisa especializada, como condição de mobilidade social, e que, por isso, não dissocia a opção pela ciência da vida pública (*idem*). Um estudante que, como foi detectado na pesquisa “Cientistas Sociais e Vida Pública”, desloca o antigo intelectual mannheimiano, intérprete das questões gerais, em favor da pesquisa tópica, comprometida com objetos particulares. Um intelectual caracterizado por Werneck Vianna como pos-suindo uma tendência a se especializar em uma sociologia de objetos particularizados, como mulher, negro, movimentos sociais, objetos com os quais se identifica e através dos quais irá se inscrever na vida pública (*idem*, p. 392).

Ambas as variáveis são relevantes para eventuais considerações acerca da influência da instituição na formação e aperfeiçoamento dos profissionais da área e no deslocamento desses intelectuais para a pesquisa tópica, comprometida com objetos particulares.

Nesse sentido, o perfil do estudante do IUPERJ marca esse tipo de intelectual que busca o acesso à vida pública por intermédio da ciência e da pesquisa especializada, que vê as ciências sociais como uma opção significativa por profissionalização científica, identificando e marcando um tipo de relação entre ciência e mobilidade social, e que, como foi demonstrado, teve seu acesso às ciências sociais democratizado em anos mais recentes.

Referência Bibliográfica

WERNECK VIANNA, L., CARVALHO, M. A. R. de e MELO, M. P. C. (1994), “Cientistas Sociais e Vida Pública”. *Dados*, vol. 37, nº 3.

